

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS  
Faculdade de Teologia**

**Douglas Felipe dos Santos**

**O ECUMENISMO PÓS-VATICANO II: O MACROECUMENISMO LATINO-  
AMERICANO E AS IMPLICAÇÕES NO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO**

**CAMPINAS  
2023**

**Douglas Felipe dos Santos**

**O ECUMENISMO PÓS-VATICANO II: O MACROECUMENISMO LATINO-AMERICANO E AS IMPLICAÇÕES NO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia.

**Orientador:** Profa. Dra. Ceci Maria Costa Baptista Mariani

**CAMPINAS  
2023**

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

262.5  
S237c

Santos, Douglas Felipe dos

O ecumenismo Pós-Vaticano II: o macroecumenismo latino-americano e as implicações no magistério de Francisco / Douglas Felipe dos Santos. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

76 f.

Orientador: Ceci Maria Costa Baptista Mariani.

TCC (Bacharelado em Teologia) - Faculdade de Teologia, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Ecumenismo. 2. Fraternidade. 3. Concílios ecumênicos. I. Mariani, Ceci Maria Costa Baptista. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Faculdade de Teologia. III. Título.

23. ed. CDD 262.5

**Douglas Felipe dos Santos**

**O ECUMENISMO PÓS-VATICANO II: O MACROECUMENISMO LATINO-AMERICANO E AS IMPLICAÇÕES NO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Monografia julgada e aprovada pelo docente responsável:



---

Profa. Dra. Ceci Maria Costa Baptista Mariani

Campinas, 21 de junho de 2023

*À toda minha família e a todos que acreditam na minha caminhada vocacional.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiramente a Deus que, com seu amor e bondade, concedeu-me o dom da vida e proporcionou a alegria de poder discernir meu caminhar me dando forças para manter-me firme no propósito junto à Santa Igreja.*

*À Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), na pessoa do Magnífico Reitor Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior e na pessoa do Coordenador do Curso de Bacharelado em Teologia, Prof. Dr. Pe. Alexandre Boaratti Favretto, pelo suporte dado em meu processo nesta graduação.*

*A todos os professores do curso de Bacharelado em Teologia, pelo grande auxílio no meu engrandecimento acadêmico e pessoal.*

*À Profa. Dra. Ceci Maria Costa Baptista Mariani, pela orientação deste trabalho e por torná-lo possível.*

*À Diocese de Limeira, na pessoa de seu Bispo Dom José Roberto Fortes Palau, por ter me proporcionado a oportunidade de me encomiar por meio de minha formação.*

*À minha família, meu pai Luiz, minha mãe Maria, minha irmã Tatiane, meu cunhado Rodrigo e meu sobrinho Miguel, por todo apoio que têm me dado e por, com muita paciência, me ouvir e orientar nos momentos de fraqueza e de necessidade de desabafos.*

*Aos meus avós, Luiza (in memoriam), Benedito (in memoriam), Fernando (in memoriam) e Divina; em especial, também, a dona Ana (in memoriam) e ao senhor Liberato (in memoriam) os quais considero também como avós, que com sua simplicidade e coragem ampliaram meus atos e saberes através de seus exemplos de vida e determinação.*

*Aos meus tios Job e Rosângela dos Santos por sempre me apoiarem desde o início de meu discernimento vocacional.*

*Às minhas primas Vivian e Vitória, pela confiança e companheirismo.*

*Aos meus padrinhos de crisma Célia e Paulo Hilsdorf, que com carinho e atenção sempre me incentivam a continuar caminhando.*

*Aos irmãos de turma do curso de Bacharelado em Teologia da PUC-Campinas (Douglas Murari, Getúlio Baptistela, Helton Luis, Jefferson Matheus, Leonardo Silva e Lucas Camargo), pelo companheirismo durante toda nossa caminhada, dando-me forças em todos os momentos de nossa caminhada juntos.*

*Aos formadores dos seminários Propedêutico e Maior da Diocese de Limeira, Pe. Antônio Ramildo, Pe. Vasquez, Pe. Odirlej, Pe. Paulo Sérgio, Pe. Danilo, Pe. Davi, Pe. Luiz Fabiano, Pe. Ricardo Petri, Pe. Gilmarcos e Pe. Isaías, que me auxiliaram no caminho vocacional até hoje.*

*Ao meu Diretor Espiritual, Pe. Bryan, que com sua sabedoria e paciência sempre me aconselha de modo carinhoso, me dando a força e o discernimento necessários para superar os obstáculos que surgem no decorrer da jornada.*

*Ao Pe. Marcelo Fagundes pelo auxílio no início de minha caminhada vocacional.*

*Ao Pe. Robert pela atenção, preocupação e carinho que demonstra por mim, por minha trajetória, pela minha família e pelo povo da minha paróquia de origem, Paróquia Nossa Senhora de Fátima.*

*Aos meus irmãos de caminhada no Seminário Maior São João Maria Vianney, pelo companheirismo e partilhas que todos proporcionaram na minha vida até hoje.*

*Aos irmãos e amigos Welinton Osmaré, Caio Sponton, Natan Cuel, José Reis, Leandro Uber, Rafael Peres e Renário Resende, pela amizade que, mesmo à distância, se faz presente.*

*Aos irmãos seminaristas Mauro Jr. e Jovanir Jr. pelo companheirismo nestes momentos finais de minha formação acadêmica.*

*Aos Padres amigos, Pe. Antônio Marcos, Pe. Thiago Cruz, Pe. Tiago Moreira, Pe. Márcio Marcelo, Pe. Anderson, Pe. Diego Humeniuk, Pe. Manoá, Pe. Élcio, Pe. Alex Silva, Pe. Osmar e Pe. Joao Luiz, pelas orações e carinho demonstrados durante todo meu processo vocacional.*

*Às funcionárias do Centro Vocacional (Célia) e do Seminário Maior da Diocese de Limeira (Célia e Rosangela) pelo carinho e acompanhamento durante minha caminhada vocacional.*

*Aos amigos Thiago Alvarenga, Thiago Delmunde, Amanda Romanzini, Letícia Santos, Miguel Rosado, Alexandre, Carla, Lucas e Matheus Cardoso, Luan Silva, Rafael Pereira, Michelle e Pedro que, mesmo na distância, sempre me apoiam e me dão sustento no percurso vocacional por meio de suas orações.*

*Aos amigos que trago desde minha primeira graduação, em especial a Larissa, Helton e o pequeno Arthur, Flávia, Luiz Gustavo, Débora, Ângela, Lucas, Bruno, Ana Cláudia, Éverton e os pequenos Arthur e Alice, que mesmo depois de passado o*

*período acadêmico juntos, me mostram que uma amizade verdadeira pode superar o tempo, a distância e as dificuldades.*

*Ao amigo Eduardo Padulla que, desde a época de minha passagem em Pirassununga, sempre se demonstrou muito prestativo e colaborou para a efetivação deste trabalho.*

*A todo o povo da minha paróquia de origem, Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Araras/SP, por todo o carinho que demonstram por mim e pelas orações a mim encaminhadas.*

*A todo o povo da Paróquia Nossa Senhora da Assunção, no bairro do Cascalho, em Cordeirópolis/SP, da Paróquia São Francisco de Assis em Pirassununga/SP e do Santuário São Manoel em Leme/SP, onde realizei meus estágios pastorais, em especial aos Padres Alexander Dezzotti e Cássio Rossetti, por toda a alegria e o carinho para comigo e pelo auxílio no meu processo de formação.*

*A todo o povo da Paróquia São Paulo Apóstolo, em Limeira/SP, onde sigo meu estágio pastoral, em especial ao Pe. Vitor Tomé Minuti, pela calorosa acolhida e colaboração nesta fase final de minha formação inicial*

*Ao povo de Deus da Igreja Particular de Limeira, pelas suas orações e pela confiança depositada na formação presbiteral de nossa Diocese.*

*A todos os funcionários da PUC-Campinas, em especial à secretária do Curso de Teologia e aos bibliotecários, pela paciência e proatividade em me ajudar para a efetivação deste trabalho.*

*À equipe da CESEEP pela colaboração com materiais para realização desta faina.*

*A todos que, de alguma forma, contribuíram para a efetuação desta empreitada e me apoiam em meu caminhar de discernimento.*

## Credo Macroecumênico

Creemos que somos todos irmãos, filhos do mesmo Pai.  
Creemos no amor universal, ensinado por Jesus e por todos os mensageiros  
da paz, enviados por Deus ao longo da história humana.

Creemos que, somente vivendo unidos no amor, evitando qualquer ato de  
violência e discriminação contra quem quer que seja, poderemos construir um  
mundo melhor, de paz e fraternidade.

Creemos que “não importa o caminho”, isto é, que todas as religiões são  
caminhos válidos na busca da verdade, da perfeição e do crescimento espiritual.

Creemos que todo reino dividido perecerá.  
Creemos no diálogo fraterno como meio de esclarecimento e de busca comum  
da verdade religiosa, para que todos sejamos um. Amém.

José Pinheiro de Souza

(Retirado do livro *Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas (400  
perguntas e respostas)* de autoria do mesmo autor)

## RESUMO

A convivência com o diferente é algo muito presente nos tempos atuais. Contudo, a dificuldade de estar em unidade com aqueles que não coadunam com o mesmo modo de vida tem se explicitado cada vez mais com a intolerância. Por isso, tendo como objetivo uma reflexão a respeito da possibilidade de uma vivência macroecumênica dentro da sociedade contemporânea, este trabalho busca encontrar, nos alicerces da Igreja Católica, uma perspectiva de fraternidade. Para isso, ter-se-á como ponto de partida o Concílio Vaticano II e seus documentos a respeito do diálogo com outras crenças e de como essa visão foi se expandindo dentro da realidade latino-americana. Assim, a partir das encíclicas do Papa Francisco *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, analisar-se-á tal possibilidade de vivência fraterna, macroecumênica, que tenha como fundamento uma causa comum, as causas do Reino. Para isso, embasados na metodologia VER-JULGAR-AGIR, realizou-se uma análise da construção histórica, sempre embasando-se na Escritura e no Magistério e buscando fazer uma expansão para a sociedade contemporânea. Dessa forma, foi possível compreender a possibilidade de uma vivência fraterna entre os homens que, por sua vez, não fique presa a diferenças entre credos, mas que seja promovida por um objetivo comum.

**Palavras-chave:** Macroecumenismo; ecumenismo; fraternidade; Reino; Concílio Vaticano II

## RESUMEN

La convivencia con lo diferente es algo muy presente en los tiempos actuales. Sin embargo, la dificultad de estar en unidad con quienes no están de acuerdo con el mismo modo de vida se ha hecho cada vez más explícita con la intolerancia. Luego, con el objetivo de reflexionar sobre la posibilidad de una experiencia macroecuménica dentro de la sociedad contemporánea, este trabajo busca encontrar, en los fundamentos de la Iglesia Católica, una perspectiva de fraternidad. Así, se tomará como punto de partida el Concilio Vaticano II y sus documentos sobre el diálogo con otras creencias y cómo esta visión se ha ido expandiendo dentro de la realidad latinoamericana. A partir de las encíclicas del Papa Francisco *Laudato Si'* y *Fratelli Tutti* se analizará la posibilidad de una experiencia fraterna, macroecuménica, que tiene como fundamento una causa común, las causas del Reino. Así que, con base en la metodología VER-JUZGAR-ACTUAR, se realizó un análisis de la construcción histórica, siempre con base en la Escritura y en el Magisterio y buscando expandirse a la sociedad contemporánea. De esta manera, fue posible comprender la posibilidad de una vivencia fraterna entre los hombres que, a su vez, no está atada a diferencias entre credos, sino que sea promovida por un objetivo común.

**Palabras clave:** macroecumenismo; ecumenismo; fraternidad; Reino; Concilio Vaticano II

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1 Cor	Primeira carta de São Paulo aos Coríntios
1 Pd	Primeira carta de Pedro
AG	Decreto do Concílio Vaticano II <i>Ad Gentes</i>
ASEL	Ação Social Ecumênica Latino-Americana
CCB	Congregação Cristã no Brasil
CELA	Conferência Evangélica Latino-Americana
CELADEC	Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã
CELAM	Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha
CGELAC	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho
CLAI	Conselho Latino-Americano de Igrejas
CMI	Conselho Mundial das Igrejas
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CVII	Concílio Ecumênico Vaticano II
DAp	Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, em Aparecida
DAPNE	<i>Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo</i>
DCE	Carta Encíclica de Bento XVI <i>Deus Caritas Est</i>
DH	Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral (Denzinger)
DHu	Declaração do Concílio Vaticano II <i>Dignitatis Humanae</i>
DI	Declaração <i>Dominus Iesus</i>
DMe	Documento conclusivo da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, em Medellín
DP	Documento conclusivo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, em Puebla de los Angeles
DRJ	Documento conclusivo da I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, no Rio de Janeiro
DSD	Documento conclusivo da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, em Santo Domingo
DV	Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i>
EG	Exortação Apostólica de Francisco <i>Evangelii gaudium</i>

EMO	Exortação Pós-Sinodal de Bento XVI <i>Ecclesia in Medio Oriente</i>
ES	Carta Encíclica de Paulo VI <i>Ecclesiam Suam</i>
FT	Carta Encíclica de Francisco <i>Fratelli Tutti</i>
Gn	Livro do Gênesis
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
ISAL	Igreja e Sociedade na América Latina
Jo	Evangelho segundo São João
Lc	Evangelho segundo São Lucas
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
LS	Carta Encíclica de Francisco <i>Laudato Si'</i>
Mt	Evangelho segundo São Mateus
NA	Declaração do Concílio Vaticano II <i>Nostra Aetate</i>
PCPUC	Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos
Rm	Carta de São Paulo aos Romanos
SC	Constituição <i>Sacrosanctum Concilium</i>
Sl	Livro dos Salmos
SUC	Secretariado para Unidade dos Cristãos
ULAJE	União Latino-Americana de Juventudes Evangélicas
UNELAM	Unidade Evangélica Latino-Americana
UR	Decreto do Concílio Vaticano II <i>Unitatis Redintegratio</i>
UUS	Carta Encíclica de João Paulo II <i>Ut Unun Sint</i>
VE	<i>Vademecum</i> Ecumênico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. O ECUMENISMO COMO PROPOSTA ECLESIOLÓGICA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II</b> .....	19
1.1. O conceito de ecumenismo .....	19
1.2. Concílio Vaticano II: uma porta aberta ao diálogo .....	23
1.2.1. O ecumenismo e a Constituição <i>Sacrosanctum Concilium</i> .....	24
1.2.2. A Constituição <i>Dei Verbum</i> em uma perspectiva dialogal .....	25
1.2.3. A Igreja, a Sociedade e o Ecumenismo: a Constituição <i>Gaudium et Spes</i> .....	26
1.2.4. Uma eclesiologia ecumênica a partir da Constituição <i>Lumen Gentium</i> .....	27
1.2.5. A proposta ecumênica do Concílio Vaticano II: o decreto <i>Unitatis Redintegratio</i> .....	28
1.3. O magistério pós-conciliar na perspectiva ecumênica .....	31
1.3.1. A visão ecumênica de Paulo VI .....	31
1.3.2. A Encíclica <i>Ut Unum Sint</i> de João Paulo II .....	31
1.3.3. Bento XVI e o ecumenismo .....	33
1.3.4. O Dicastério para a Promoção da Unidade dos Cristãos .....	33
<b>2. DO ECUMENISMO AO MACROECUMENISMO NA AMÉRICA-LATINA</b> .....	36
2.1. A construção do Ecumenismo na América-Latina .....	36
2.2. O Ecumenismo nas Conferências Episcopais Latino-Americanas .....	39
2.2.1. A Conferência do Rio de Janeiro e o Pré-Vaticano II .....	40
2.2.2. O auge do ecumenismo católico: a conferência de Medellín .....	41
2.2.3. Puebla e o ecumenismo .....	42
2.2.4. Os passos de Santo Domingo .....	43
2.2.5. Uma breve reflexão sobre Aparecida .....	45
2.3. A Assembleia do Povo de Deus e o Macroecumenismo .....	46
<b>3. PAPA FRANCISCO E A PERSPECTIVA PLURALISTA DE MUNDO</b> .....	50
3.1. Ecumenismo no magistério de Francisco .....	50
3.2. Casa comum: uma causa ecológica .....	54
3.3. A fraternidade universal como projeto conjunto da humanidade .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REREFÊNCIAS</b> .....	65
<b>ANEXO I - MANIFESTO DA ASSEMBLÉIA DO POVO DE DEUS</b> .....	74

## INTRODUÇÃO

Dentro de uma vivência da Teologia da Libertação na América-Latina, o tema da convivência fraterna e harmoniosa entre as várias denominações religiosas sempre foi algo presente e debatido. Contudo, não cabe, nessa realidade, promover uma espécie de unificação das diversas denominações, tendo em vista que é, justamente, na capacidade plural que temos uma espiritualidade libertadora.

Isso se dá, pois Deus não vê distinções entre aqueles que possuem diferentes credos, tampouco os crentes são incapazes de um diálogo fraterno. Contudo, podemos nos questionar se as causas do povo sofredor, dos pobres, dos marginalizados, enfim, daqueles por quem Deus tem uma opção preferencial, é capaz de promover uma unidade efetiva que não encontra, na pluralidade religiosa, barreiras de convívio.

A luta pelas causas promotoras do Reino leva a uma realidade que ultrapassa as barreiras ecumênicas, dado que todos aqueles que promovem e lutam em prol da realização do Reino – cristãos, não-cristãos, ateus etc. – são chamados a uma vivência denominada macroecumênica. Esse termo, cunhado por Dom Pedro Casaldáliga, tem sua inspiração na Primeira Assembleia do Povo de Deus, em Quito, no Equador, em 1992. É no pluralismo de Deus, numa visão Reinocêntrica e na opção pelos pobres, que temos base para o macroecumenismo.

Bingemer (2017), aponta que, dentro de uma realidade latino-americana, há uma linha da Teologia da Libertação que, além de analisar a pobreza socioeconômica, evidencia a pobreza sociocultural, a Teologia do Povo. Assim, com a construção concomitante de ambas as teologias – da Libertação e do Povo – temos que há um diálogo fraterno entre as vertentes latino-americanas, dado que o pobre e a religiosidade popular mantém-se como base para o pensamento teológico, tendo a cultura como acréscimo da última. Bingemer, apresentando a perspectiva de Juan Carlos Scannone, afirma, portanto, que a Teologia do Povo “é a versão argentina da Teologia da Libertação” (BINGEMER, 2017, p. 51)

Com isso, Brasileiro e Groh (2021) nos recordam que, por beber de uma teologia latino-americana – a teologia do povo – é possível ver sinais do movimento macroecumênico nos escritos de Francisco e, de modo especial, nas encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020), dado que, a preservação da vida, de uma

fraternidade entre os homens, são parte estruturante de uma espiritualidade macroecumênica.

Tal ideia é reforçada por Barros (2016), dado que o autor apresenta que, ao refletir sobre a convivência e a fraternidade universal diante de uma causa única – a preservação da casa comum – temos na encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, um vislumbre macroecumenico, mostrando que “existe uma pertença mútua, um parentesco cósmico, uma irmandade universal entre todos os seres” (BARROS, 2016, p. 175).

Dentro desta perspectiva, a abrangência de uma abordagem macroecumênica se torna relevante ao pensarmos que, por beber de uma espiritualidade da “Teologia do Povo” e externando uma preocupação com uma causa mais ampla que a própria concepção institucional, o Papa Francisco, nos dias de hoje, se torna um expoente que, embora não apresente explicitamente sua adesão à uma mentalidade macroecumênica, mostra que a luta pelas causas do Reino é possível de ser combatida de maneira conjunta.

Com isso, pode-se questionar se é possível pensar em uma vivência fraterna entre todos os seres humanos (cristãos e não cristãos), tendo como ponto de partida as causas do Reino e, como temática de fundo, o macroecumenismo.

Para realizar esta pesquisa, buscou-se fazer uma análise crítica a respeito da construção conceitual a respeito do Macroecumenismo, cunhado por Dom Pedro Casaldáliga em seu texto intitulado *Macroecumenismo*, presente no livro organizado pelo próprio autor e por José Maria Vigil, cujo título é *Espiritualidade e libertação* (1996), e desenvolvido por Vigil em algumas obras, principalmente em *Teologia do pluralismo religioso: por uma releitura pluralista do cristianismo* (2006), bem como a contribuição de outros autores e comentadores dos mesmos. Além disso, partiu-se da obra de Marcelo Barros intitulada *Fundamentos Teológicos e Espirituais para o Macro-Ecumenismo* (2000). Também foi desenvolvido, por meio das encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020) do Papa Francisco, uma perspectiva de Macroecumenismo, embora não explícita, em um nível mais global diante de uma relação de fraternidade entre homens e entre toda a criação.

O interesse pessoal para a realização desta pesquisa se deu por sempre ter vivenciado, em minha família, uma visão ecumênica, dado que tenho uma convivência com a família paterna que é oriunda de uma tradição pentecostal, ou seja, são membros ativos e atuantes da Congregação Cristã no Brasil (CCB). O ampliar desta

vivência, isto é, a passagem do ecumenismo para o macroecumenismo deu-se por uma reflexão pessoal a respeito da divisão existente entre diálogo inter-religioso e ecumenismo, de modo que, compreendendo a toda a raça humana como filhos de Deus, o diálogo entre todos não pode haver acepções.

Atrelado a esse intento, temos o ensinamento deixado pelo próprio Cristo, que promove uma abertura ao diálogo com outros que não estão inseridos no segmento dos apóstolos, ou seja, aqueles que não pertencem à mesma comunidade na qual os discípulos estão inseridos (cf. Mc 9, 38-40). É na unidade a uma causa que temos uma situação de favorecimento do projeto de Jesus, pois “quem não é contra vós está a vosso favor” (Lc 9, 49-50).

Em um âmbito acadêmico, temos que a discussão a respeito de uma visão que amplie os limites de um diálogo intercristão se faz presente em uma realidade teológica latino-americana e vem sendo apresentada por autores como Teixeira (1997), Libanio e Murad (2014) e Bingemer (2017). Contudo, as discussões a respeito do desenvolvimento do conceito de macroecumenismo são desenvolvidas por um leque de comentadores que, principalmente, partem da obra fundante de Casaldáliga (1996) e desenvolvida por Vigil (2006)

É necessário destacar ainda, que dentro de uma sociedade cada vez mais voltada para um individualismo, onde as relações se projetam muito mais no âmbito tecnológico que pessoal, somos chamados – usando a percepção apresentada na Declaração Conciliar *Nostra Aetate* – a compreender que todos os homens constituem uma única comunidade. Assim, justifica-se essa pesquisa em um viés social, tendo como ponto de partida a necessidade de uma vivência fraterna entre os homens. Com isso, observa-se que a fraternidade, embasada em uma unidade em prol das causas do Reino são plausíveis de serem suscitadas em uma sociedade cada vez mais bélica e que não suporta mais a contraposição.

Deste modo, objetiva-se com este trabalho, refletir e demonstrar a possibilidade de uma vivência macroecumênica dentro de uma realidade social plural, pensando a respeito de uma relação que vise uma unidade sem a necessidade de uma imposição da uniformidade, compreendendo o macroecumenismo como uma união em prol das causas do Reino. Assim, buscou-se:

- Traçar a construção do ecumenismo dentro da Igreja a partir do Concílio Vaticano II;

- Compreender a construção do conceito Macroecumenismo dentro da perspectiva latino-americana;
- Compreender a concepção macroecumênica tendo como ponto de partida as lutas dos mais pobres e as causas do Reino;
- Analisar a perspectiva macroecumênica contemporânea presente nas encíclicas de Francisco.

Por meio de uma análise bibliográfica exploratória (GIL, 2002), houve, como um levantamento prévio, as obras que foram o alicerce para a construção deste trabalho, dentro das quais o conceito “Macroecumenismo” é cunhado e desenvolvido por seus autores. Dentro desta perspectiva, ao buscar na rede mundial de computadores – mais especificamente na ferramenta acadêmica do site Google – o conceito a ser trabalhado, observa-se a presença das obras de Casaldáliga (1996) e de Vigil (2006).

Ainda dentro dos referenciais teóricos, buscou-se, nos comentadores destas obras, se haveria mais alguma obra que fosse fundamental para o desenvolvimento do conceito, encontrando-se, dessa forma, o texto desenvolvido por Barros (2000).

Dentro desta pesquisa junto às referências bibliográficas, algumas obras dos autores de referência ainda foram utilizadas para uma melhor construção do conceito abordado, com isso, temos as obras de Barros (1996), Vigil (2005) e Casaldáliga (1997).

Concebendo artigos científicos como materiais essenciais para a produção e desenvolvimento científico (GIL, 2002) dentro da base de periódicos disponibilizados pela ferramenta acadêmica da plataforma de buscas – Google Acadêmico – através das palavras-chave “ecumenismo”, visando a construção histórica desta vertente, tem-se as obras de Ribeiro (2013). Ainda utilizando os termos “macroecumenismo” e “macroecumenismo”, tem-se como bases a serem analisadas as obras de Valle (2003), Santos e Souza (2016), Carvalho (2010), Muñoz (2014), Barros (2016) e Teixeira, (2003).

Também, dentro desta perspectiva, é possível, abarcando a construção do conhecimento proporcionada por teses e dissertações acadêmicas, verificar na obra de Abreu (2010), uma contribuição para compreender a construção ecumênica na América-latina até chegar na vivência macroecumênica.

Como fontes do Magistério católico, para compreender o importante passo para a abertura ecumênica e do diálogo inter-religioso da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, pode-se analisar os documentos conciliares *Lumen Gentium* (LG), *Sacrosanctum Concilium* (SC), *Dei Verbum* (DV), *Gaudium et Spes* (GS), *Nostra Aetate* (NA), *Ad Gentes* (AG) e *Unitatis Redintegratio* (UR), bem como a encíclica de João Paulo II *Ut Unum Sint* (UUS) que aborda a temática do ecumenismo. A nível de América-Latina, os documentos das cinco Conferências Episcopais Latino-americanas. Também, as encíclicas de Francisco *Fratelli Tutti* (FT) e *Laudato Si'* (LS), buscando a visão macroecumênica de pontífice.

Dentro da perspectiva epistemológica, temos como princípio arquitetônico (BOFF, 2015) a temática do macroecumenismo, buscando trazer uma sistematização dentro de uma realidade cultural na qual tal conceito foi cunhado, analisando sua historicidade e o porquê de ele ter sido construído na vivência latino-americana da Teologia da Libertação.

Para a efetivação da formação do princípio arquitetônico, buscou-se a concepção apontada por Casaldáliga ao criar o conceito macroecumenismo a partir das discussões levantadas na Assembleia do Povo de Deus de 1992, bem como de outros expoentes da temática dentro do âmbito da Teologia da Libertação.

Para prover essa pesquisa, efetivou-se uma aproximação com a metodologia latino-americana VER-JULGAR-AGIR, dado que, o primeiro passo (VER) é composto pela construção histórica do diálogo ecumênico dentro da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II e, mais ainda, da idealização do macroecumenismo no contexto latino-americano. Na compreensão do JULGAR, utilizou-se a iluminação decorrente, primeiramente nas Sagradas Escrituras e no Magistério, bem como nas obras nas quais servem como obras fundantes da concepção macroecumênica. Por fim, a prática pastoral observada (AGIR) se dá pela análise das obras de Francisco e sua aplicabilidade na vivência cotidiana atual no que tange a fraternidade.

Essa formação metodológica visa, como lembra Boff (2015), uma construção sistemática, porém aberta da teologia, uma vez que “toda síntese teológica será uma síntese aberta, por causa do Mistério ‘sempre maior’” (BOFF, 2015, p. 277).

## 1. O ECUMENISMO COMO PROPOSTA ECLESIOLOGICA A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

O ecumenismo se apresenta desempenhando um papel fundamental na estruturação da Igreja em tempos hodiernos. Isso se dá, pois o movimento de unidade proposto pelo ecumenismo não deve se sujeitar apenas às autoridades religiosas, tampouco à formalidade de eventos, mas deve ser assumido como um propósito genuinamente cristão (cf. VE, n. 3).

Tendo isso em vista, é preciso, primeiramente, compreender a respeito da própria concepção de ecumenismo. Assim, objetiva-se, neste capítulo, traçar brevemente como é compreendido este conceito, sua construção dentro da Igreja a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (CVII) e como o magistério pós-conciliar trabalhou em prol de uma Igreja cada vez mais ecumênica.

### 1.1. O conceito de ecumenismo

Oriundo do termo grego *oikoumene* (ecumene), o conceito “ecumenismo” provém do verbo habitar (*oikos*) em uma íntima relação com a terra. Assim, o *oikoumene* pode ser compreendido como a terra habitada (cf. BRAKEMEIER, 2004, p. 9), ou seja, abrange a todo o espaço geográfico onde o ser humano habita.

Cabe ressaltar, porém, que o termo “ecumênico”, como nos lembra Barros (1996, p. 76) não remete a uma tradição puramente religiosa, mas tem suas raízes no âmbito jurídico do Império do Oriente. Diante disso, Bosch (1991) apresenta as várias formas que se pode compreender o conceito de “ecumenismo”:

A palavra *oikoumene* pertence a uma família de palavras, do grego clássico, relacionadas com termos que tem a ver com a vivência, o assentamento, a permanência. Eis aqui alguns termos-raiz desta família linguística:

- *Oikos*: casa, vila, habitação, povo.
- *Oikeiotés*: relação, parentes, amizade.
- *Oikeiow*: habitar, coabitar, reconciliar-se, estar familiarizado.
- *Oikonomeô*: administração, encargo, responsabilidade da casa.
- *Oikoumene*: terra habitada, mundo conhecido e civilizado, universo (BOSCH, 1991, p. 10)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Tradução própria. Conforme o original: “La palabra *oikoumene* pertenece a una familia de palabras, del griego clásico, relacionadas con términos que tienen que ver con la vivienda, el asentamiento, la permanencia. He aquí algunos términos-raíz de esta familia lingüística:

- *Oikos*: casa, vivienda, habitación, pueblo.
- *Oikeiotés*: relación, emparentado, amistad.
- *Oikeiow*: habitar, cohabitar, reconciliarse, estar familiarizado.
- *Oikonomeô*: administración, encargo, responsabilidad de la casa.
- *Oikoumene*: tierra habitada, mundo conocido y civilizado, universo.”

Nas Sagradas Escrituras há uma compreensão plural a respeito da concepção da “ecumene”, uma vez que, além da conotação geográfica (cf. Salmo 24,1; Lc 4,5), apresenta um viés político – ao relacionar com o Império Romano (cf. Lc 2,1) – e até mesmo uma perspectiva a respeito do mundo abrangido pela cultura helenista e que se tornara, para as primeiras comunidades cristãs, um ambiente missionário (cf. Mt 24, 14). Santa Ana (1987, p. 16) ainda nos recorda que, em uma perspectiva paulina, a “ecumene” ainda pode ser entendida como a construção e edificação das novas comunidades (cf. 2 Cor 10,8).

Diante disso, ao pensar as várias concepções de “ecumene”, não é possível distingui-las, pois

O ecumênico tem a ver com essas três importantes dimensões da existência humana: o *espaço* onde se vive, onde se dá a relação da pessoa humana com a natureza, onde se tem consciência do mundo que existe como circunstância de vida humana, do que está ao redor da pessoa e que influi sobre ela [...] tem a ver com a *cultura*, ou seja, o movimento através do qual a pessoa se vincula à realidade, com a intenção de transformá-la, de humanizá-la, de torná-la mais acolhedora da vida [...] isso não esgota o sentido ecumênico, pois ainda é preciso levar em conta a dimensão *política* do termo (SANTA ANA, 1987, p. 20).

Dentro da história da Igreja, o ecumenismo foi sendo compreendido como uma abrangência das mais diferentes realidades da Igreja que se reuniam em concílios para estabelecer o andamento eclesial (cf. BARROS, 1996, p. 76). Ou ainda, como uma possibilidade de retorno à unidade, ou seja, “pretende superar divisões, sanar feridas e unir o povo cristão no cumprimento comum de sua missão” (BRAKEMEIER, 2004, p. 10).

Sinner (2020), por sua vez, afirma que a compreensão moderna a respeito do ecumenismo se dá como uma tentativa de vivenciar uma unidade eclesial diante das várias formas de expressão de fé, ou seja, a busca por uma centralidade das várias expressões de fé cristã que coexistem em uma harmonia utópica e perfeita.

Dentro desta perspectiva apresentada, observa-se, que a própria Revelação Escrita apresenta que Cristo não condena, tampouco rechaça, àqueles que, mesmo não pertencente ao grupo dos 12 ou ao seu discipulado, promoviam obras em favor dos irmãos que precisavam:

João disse-lhe: “Mestre, nós vimos alguém que expulsava demônios em teu nome e procuramos impedi-lo, porque ele não nos seguia”. Mas Jesus disse: “Não o impeçais, pois não há quem faça milagres em meu nome e, logo depois, possa falar mal de mim. Aquele que não está contra nós é a favor de nós” (Mc 9, 38-40).

Nestes versículos, possivelmente oriundos de escritos proto-marcianos – pois também é apresentado em Lc 9, 49-50 – revelam a capacidade de Jesus em tolerar que, mesmo aqueles que não comungam da mesma fé, mas que guardam seus preceitos e, até mesmo, agem corretamente, possam continuar promovendo o bem aos outros. Tem-se, dessa forma, uma crítica ao exclusivismo religioso das primeiras comunidades (cf. HARRINGTON, 2011, p. 105).

Isso se dá pois, como lembra La Calle (1978), o seguidor de Jesus Cristo é aquele que promove a paz entre os irmãos, não causando contendas ou desavenças que visam repelir o outro, mas busca promover a paz e agir em nome de seu mestre (cf. LA CALLE, 1978, p. 88). Ou seja, os discípulos de Jesus devem, antes de tudo, prezar pela vida e dignidade dos pequenos e não buscar monopolizar o projeto salvífico de Jesus, de modo que “Jesus rejeita a postura sectária e excludente de seus discípulos, que só pensam em prestígio e crescimento, e adota uma atitude aberta e inclusivista, na qual a primeira coisa a fazer é libertar o ser humano daquilo que escraviza e destrói” (PAGOLA, 2013, p. 186).

A visão apresentada por Pagola (2013) remete a uma realidade de que o Cristo não está preso a convenções sociais, mas tem seu enfoque no ser humano e na dignidade do mesmo. O autor ainda aponta que o amor de Jesus é pela própria humanidade e não está preso, de modo exclusivista, a uma determinada instituição, ao contrário, transcende-a.

Observando a Sagrada Escritura mais abrangentemente, Wolff (2014a) aponta três motivos pelos quais as Sagradas Escrituras se apresentam de modo ecumênico: primeiramente, pelo fato de que a pluralidade de livros existentes no cânon bíblico e que apresentam uma única verdade de fé, assim, “[...] a diversidade em si mesma não constitui empecilho para a comunhão” (WOLFF, 2014a, p. 60).

Outro fator é dado pela abrangência Bíblia junto a outras religiões, promovendo um ponto de aproximação entre as mesmas, mesmo que a hermenêutica utilizada com os escritos sagrados não seja a mesma. Por fim, o autor aponta que a mensagem é uma outra forma de compreender a ecumenicidade das escrituras, dado que “todos os cristãos compartilham a compreensão da Bíblia como a revelação do Uno-Trino Deus, e sua realidade divina essencialmente caracterizada como comunhão” (WOLFF, 2014a, p. 60).

Barros (2005) enfatiza que os escritos bíblicos são compostos de uma unidade cultural que rondava a realidade de seus autores, de modo que o autor busca promover uma leitura pluralista das Escrituras. Ao destacar o Apóstolo Paulo, Barros enfatiza que há uma universalidade salvífica que não olha para as diferenças, mas a individualidade de cada pessoa, independentemente de nacionalidade ou credo, mostrando, assim, a imparcialidade divina (cf. Rm 2, 9-11).

Isto posto, cabe recordar que a abertura a um ecumenismo cristão se deu, primeiramente, em uma realidade protestante e tinha como objetivo uma resposta à fragmentação da Igreja de Cristo (cf. BRAKEMEIER, 2004, p. 31). Segundo o autor, foi devido ao avanço da globalização que a necessidade de um diálogo entre os diferentes foi sendo elaborado.

Acentua-se a tal fato, o processo de colonização das américas e do continente africano que, por sua vez, promoveu um encontro e, conseqüentemente, um conflito cultural e político entre as nações. Contudo, “num mundo crescentemente global e, todavia, fragmentado, iria emergir, quase que naturalmente, a ideia ecumênica” (BRAKEMEIER, 2004, p. 32). Assim, tendo como pressuposto a conjugação do testemunho evangélico, as igrejas de origem protestante começaram a organizar, a partir da segunda metade do Séc. XIX, as primeiras conferências ecumênicas que não contavam com a presença das igrejas Católica Romana e Católica Ortodoxa. Esta última junta-se ao movimento a partir de 1920 e a Igreja Romana, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965).

Esse posicionamento da Igreja Católica Romana se deu por uma visão eclesial de cunho exclusivista, fruto, principalmente, de uma reafirmação doutrinal existente e que foi reassumida pelas deliberações do Concílio Vaticano I (1869-1870) e pelo Papa Pio IX (1846-1878).

Diante desta visão eclesiológica, Brakemeier (2004) apresenta outras formas de posicionamento diante de um diálogo ecumênico. O autor aponta que além do exclusivismo – que apresenta uma perspectiva eclesiocêntrica, ou seja, uma forma de compreender que apenas os cristãos são salvos e que a relação com as demais religiões é conflituosa – ainda temos:

O **inclusivismo**. Ele afirma que somente em Cristo e por ele há salvação. Sustenta, porém, que Jesus Cristo atua também fora da Igreja, ainda que de maneira oculta e anônima. A perspectiva é cristocêntrica. São construídas pontes entre cristãos e não cristãos. E a posição da harmonização.

O **pluralismo**. Esse não nega a singularidade de Jesus nem sua importância como salvador cristão. Nega-lhe, isto sim, a exclusividade. Acredita que

também outras religiões conduzem a Deus. A perspectiva é teocêntrica. Deus manifestar-se-ia também por outras vias do que a cristã. É a posição da parceria (BRAKEMEIER, 2004, p. 116).

Dentro do viés pluralista, Barros (1996, p. 102-106) apresenta que o movimento ecumênico – que, como já dito, surge por uma iniciativa das igrejas protestantes – se deu, primeiramente, em um movimento de “Vida e ação”, de modo que a prática se dá por uma visão social, em defesa de outros movimentos. Contudo, tal processo é passível de desencadear uma nova divisão entre as denominações religiosas, dado que, não apenas a práxis é importante dentro do aspecto religioso, mas as liturgias e crenças também devem ser evidenciadas, evitando-se, assim, um puro ativismo.

Com isso, fez-se necessário a criação de um novo organismo cristão que, por sua vez, é oriundo de dois outros movimentos – *Cristianismo Prático* e *Fé e Constituição* – que buscaram, mesmo diante de uma realidade bélica da primeira metade do Séc. XX, propor a tentativa de uma transformação global. Dessa unidade surge o Conselho Mundial das Igrejas (CMI) em 1948. Barros (1996) apresenta que

A base desta aliança das Igrejas é Jesus Cristo, o Filho, junto com o Pai e o Espírito Santo, que formam o modelo de unidade das Igrejas cristãs. A unidade se dará pela obediência ao chamado de Cristo para testemunhar no mundo e esperar o Reino de Deus (BARROS, 1996, p. 107).

Atualmente, segundo o site da CMI, o conselho possui 352 membros de uma variada gama de Igrejas cristãs que se reúnem a cada oito anos. Entretanto a Igreja Católica Romana não participa do conselho como membro oficial, mas como um convidado ouvinte. Neste mesmo sentido, foi criado, no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) que, segundo site próprio, conta, atualmente, com 5 instituições membras.

Sendo assim, é possível observar que a compreensão do “ecumene” foi, paulatinamente, passando por um processo de transformação epistemológica até atingir a compreensão de ecumenismo que temos nos dias de hoje. Isso proporcionou que as denominações cristãs se abrissem para um diálogo e se unissem para tentar promover a respeitabilidade e a convivência com a pluralidade.

## **1.2. Concílio Vaticano II: uma porta aberta ao diálogo**

O Concílio Vaticano II (CVII) foi um marco para a história da Igreja em tempos contemporâneos. Isso porque promove uma abertura *ad extra*, ou seja, a Igreja – por meio dos sucessores dos apóstolos – afirma sua necessidade de dialogar e de um

olhar fraterno e carinhoso para com toda humanidade. O mesmo pode ser dito quando se fala a respeito de sua relação para com as demais denominações religiosas e, de modo particular, as demais Igrejas cristãs.

Contudo, ainda que se tenha uma abertura, ela se apresenta de modo inclusiva, mesmo admitindo, também, a presença de elementos salvíficos em outras crenças.

### 1.2.1. O ecumenismo e a Constituição *Sacrosanctum Concilium*

Fruto de uma necessidade que se estendia desde o movimento litúrgico do início do Séc. XIX, a Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC) foi o primeiro documento a ser aprovado no CVII e já aponta, desde seu início, o caráter ecumênico apresentado pelos padres conciliares.

Zanon (2013) afirma que a SC é responsável por grandes mudanças no pensar e agir da Igreja, de modo que “imprimiu-lhe uma nova dinâmica que continua viva e a convocar a Igreja a estar atenta à linguagem do seu tempo e lugar” (ZANON, 2013, p. 9). Com isso, a liturgia é um elemento central para que a própria Igreja reconheça seu lugar no mundo, mas não de qualquer modo, e sim trazendo, consigo, um olhar ecumênico. Nas palavras de Galzignato (2012):

Para uma compreensão autêntica da liturgia em si mesma e no que se refere à sua função na Igreja, é necessário, portanto, enquadrá-la e aprofundá-la na sua dimensão “teológico-econômica”, isto é, na “teologia do mistério de Cristo” e como a encarnação foi o momento atuante da mesma história de salvação em Cristo, assim, a liturgia, enquanto momento atuante da história da salvação, realiza o “tempo da Igreja” ou a extensão da salvação no âmbito da comunidade humana (GALZIGNATO, 2012, p. 288)<sup>2</sup>.

É possível observar, já em seu próêmio, o caráter de um olhar às demais denominações religiosas, quando, ao apresentar a proposta conciliar, tem-se que é preciso “[...] adaptar melhor às exigências de nosso tempo àquelas instituições que são suscetíveis de mudanças, favorecer tudo o que pode contribuir à união dos que creem em Cristo” (SC, n. 1). Assim, temos que a Igreja não está olhando apenas para

---

<sup>2</sup> Tradução própria. Segundo o original: “Per una comprensione autentica della liturgia in se stessa e in riferimento alla sua funzione nella Chiesa, è necessario, pertanto, inquadrarla e approfondirla nella sua dimensione ‘teologico-economica’ e cioè nella ‘teologia del mistero di Cristo’ e come l’Incarnazione era stata il momento attuatore della stessa storia di salvezza in Cristo, così la liturgia, in quanto momento attuatore della storia della salvezza, realizza il ‘tempo della Chiesa’ ossia l’estensione della salvezza nell’ambito della comunità umana”.

àqueles fiéis que estão inseridos em sua hierarquia, mas também busca a unidade com os que estão professando outras crenças cristãs.

Na SC 4 e também na SC 37, os padres conciliares enfatizam a legitimidade dos diversos ritos litúrgicos, de modo que sejam conservados e, até mesmo, incrementados, mas nunca uniformizados, tendo em vista à presença atual e atuante da Igreja em tempos atuais, caracterizando, assim, uma visão pluralista da própria liturgia que, por sua vez, deve ser “colocado a favor da unidade dos fiéis; longe de impossibilitar a unidade, deve expressá-la”. (WOLFF, 2014b, p. 67).

Galzignato (2012), afirma, ainda, que, ao descrever o mistério eucarístico como o memorial da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo (SC, n. 47), o CVII abre outra porta de discussão ecumênica, isso porque, para uma mentalidade protestante, segundo o autor, o sacrifício eucarístico se dá como uma memória da paixão do próprio Cristo, recordando sua morte e ressurreição de modo a conscientizar seus fiéis. Contudo, para os católicos, o memorial se dá como uma memória objetiva, ou seja, é no sacrifício eucarístico que se tem presente, de modo atual, a própria pessoa de Jesus Cristo. Assim, o termo “memorial” corrobora para uma aproximação e uma visão plural da Igreja para com outras denominações.

### 1.2.2. A Constituição *Dei Verbum* em uma perspectiva dialogal

Objetivando a propositura de uma genuína forma de difundir a Palavra de Deus, a Constituição Dogmática *Dei Verbum* (DV) apresenta as Sagradas Escrituras como a legítima Revelação de Deus para os homens, de modo que é necessário difundir-la a todos os seres humanos conforme o pedido do próprio Cristo: “Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a todas as criaturas” (Mc 16, 15). Assim, a DV apresenta “[...] os fundamentos de toda a Teologia da Revelação” (ZANON, 2013, p. 14).

Cabe destacar, primeiramente, que as Sagradas Escrituras são um dos pontos unificadores das religiões cristãs, dado que, em todas as denominações, a Palavra de Deus se faz presente e se impõe como ponto fulcral para a proximidade de Deus com o Ser Humano nos dias de hoje. Há, certamente, algumas divergências no que tange a interpretação ou, até mesmo, a exclusividade da Palavra enquanto Revelação Divina, mas o diálogo ecumênico se dá ao relacionar, justamente, Tradição e Escrituras com a Revelação (cf. VALLS, 2005, p. 180)

Bosch (1991), com base no Sagrado Concílio, enfatiza que o Magistério, embora seja capaz de interpretar corretamente as Escrituras, não tem domínio sobre as mesmas, sendo, assim, um serviçal da Palavra de Deus (DV, n. 10). É necessário destacar, porém, que essa interpretação se dá, com o auxílio do Espírito Santo, dentro de uma Tradição eclesial, e, ao mesmo tempo, não é esgotável, de modo que há sempre a necessidade de interpretar as Escrituras.

É importante salientar que a DV remete a uma historicidade da Revelação divina e colabora com uma discussão a respeito do próprio diálogo entre o Homem e o mundo, de modo que deve estar embasado no diálogo com Deus, o qual, por sua vez, “[...] é o lugar da verdade mais profunda, é o silêncio que abriga a Palavra que não pode ser enquadrada, não cabe em categorias humanas” (MARIANI, 2021, p. 96).

### 1.2.3. A Igreja, a Sociedade e o Ecumenismo: a Constituição *Gaudium et Spes*

Chamada de Constituição Pastoral, a Constituição *Gaudium et Spes* (GS) caracteriza-se por proporcionar uma nova visão da própria Igreja em sua relação com a sociedade contemporânea, abrindo-se para um diálogo e acolhendo, com zelo materno, as alegrias e angústias do mundo de hoje (cf. GS, n. 1). Além disso, Zanon (2013) afirma que “a maior riqueza da *Gaudium et Spes* é apresentar um olhar profético, eclesiológico e pastoral sobre a sociedade, sempre em busca da promoção da justiça e da paz” (ZANON, 2013, p. 17).

Dentro de uma perspectiva dialógica, os padres conciliares recordam que o ser humano não é um ser isolado, mas, antes de tudo, um ser relacional que precisa do outro para viver e se desenvolver (cf. GS, n. 12). Com isso, ao afirmar que a GS está sendo dirigida a todos os homens (cf. GS, n. 2) e que está atenta aos sinais dos tempos (cf. GS, n. 4), a Igreja abre-se a um diálogo também com as demais denominações religiosas, de modo que “todos são exortados ao diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural” (WOLFF, 2014b, p. 47).

Este diálogo se dá não apenas com as pessoas que gozam de uma crença, mas também deve ser proporcionado para com aqueles que não possuem uma relação de fé com Deus, pois “ainda que rejeite inteiramente o ateísmo, todavia a Igreja proclama sinceramente que todos os homens, crentes e não-crentes, devem contribuir para a reta construção do mundo no qual vivem em comum” (GS, n. 21).

Mais do que a convivência fraterna, o Sagrado Concílio evoca a necessidade de um respeito às mais diversas formas de pensamento, dado que

O nosso respeito e amor devem estender-se também àqueles que pensam ou atuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa. Aliás, quanto mais intimamente compreendermos, com delicadeza e caridade, a sua maneira de ver, tanto mais facilmente poderemos com eles dialogar (GS, n. 28).

Wolff (2014b) nos lembra que a GS aponta para uma compreensão de comunhão entre os homens, tendo em vista que cada ser humano deve ser compreendido como criado à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26-28) e, com isso, como irmãos entre si.

Stosiek (2021), por sua vez, aponta que o capítulo IV da primeira parte da Constituição apresenta uma percepção da Igreja enquanto um organismo presente na sociedade e que, por sua vez, deve dialogar com os demais, para, assim, buscar a plena realização do Reino. Neste diálogo, não apenas a Igreja colabora com a sociedade e com todos os homens, mas também cresce pelo contato com os mesmos (VIGIL, 2006).

Assim, a Constituição Pastoral promove um diálogo aberto e fecundo com todos aqueles que formam o Povo de Deus, “porque o que une entre si os fiéis, é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade” (GS, n. 92).

#### 1.2.4. Uma eclesiologia ecumênica a partir da Constituição *Lumen Gentium*

Um grande avanço no diálogo ecumênico foi dado pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) apenas pelo fato de afirmar que a Igreja de Cristo “subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele” (LG, n. 8). Com isso, a Igreja retira o exclusivismo existente, onde o discurso de que a Igreja Católica “é” a Igreja de Cristo, se fazia presente. Nas palavras de Wolff (2011):

O ponto fulcral é a compreensão de que a Igreja de Cristo *subsistit in*, ou seja, está presente na Igreja Católica (LG 8), mas sem uma relação de identificação fechada, como se esta pudesse exaurir aquela. Essa nova auto-consciência coloca fim nas interpretações exclusivistas do axioma *extra ecclesiam nulla salus est*, e a Igreja compreende que não é ela o centro do cristianismo e da salvação, mas Cristo e seu Reino (WOLFF, 2011, p. 417)

É passível de observação, neste mesmo sentido, o reconhecimento e a abertura dialogal<sup>3</sup> da Igreja com os cristãos não-católicos e não-cristãos (cf. LG, n. 15-16). O diálogo fraterno com os cristãos não-católicos se dá por meio do mesmo batismo recebido, bem como “a posse das mesmas Escrituras e, em algumas delas, o episcopado, a celebração da eucaristia e a manifesta e sincera piedade para a Mãe de Deus” (BOSCH, 1991, p. 26)<sup>4</sup>. Dessa forma, a comunhão é possível de se realizar, mesmo que, como também afirma Bosch (1991) de modo imperfeito.

Zanon (2013) aponta, ainda, que a LG se torna o documento axial de todo o CVII, causando uma mudança eclesiológica radical, dado que “de um modelo de Igreja como sociedade perfeita, passa-se agora a uma pluralidade de imagens, complementares entre si e orientadas pela perspectiva do mistério e da Trindade.” (ZANON, 2013, p. 11).

A eclesiologia da comunhão, como aponta Wolff (2014b), remete à própria essência da Igreja que se apresenta como um único povo unido com e pela Trindade (cf. LG, n. 4), de modo que a Igreja deve promover a comunhão com os outros. Outro princípio destacado pelo autor é o da subsidiariedade, pois a salvação não é exclusiva a um indivíduo, mas a toda a comunidade (cf. LG, n. 9), de modo que:

Ele [o princípio da subsidiariedade] indica que as Igrejas precisam reconhecer umas às outras a autoridade que possuem para a orientação da vida cristã de seus membros, a interpretação das Escrituras, a organização da vida eclesial, os projetos de missão. As diferentes tradições eclesiais não precisam anular os elementos que as identificam, os carismas que lhes são próprios, para viverem unidas (WOLFF, 2014b, p. 56).

#### 1.2.5. A proposta ecumênica do Concílio Vaticano II: o decreto *Unitatis Redintegratio*

A partir das quatro Constituições Conciliares, é possível perceber que o discurso da unidade foi traçado ao longo de toda trajetória do CVII. Esse movimento é coroado e firmado com o Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio* (UR) que recorda, já nas suas primeiras linhas, que a desunião destoa do desejo do próprio Cristo para a Sua Igreja (cf. UR, n. 1). Nas palavras de Vercauteren (1998):

<sup>3</sup> Muito embora o teor aqui apresentado tenha um caráter inclusivista.

<sup>4</sup> Tradução própria. Segundo o original: “[...] la posesión de las mismas Escrituras y, en algunas de ellas, el episcopado, la celebración de la eucaristía y la manifiesta y sincera piedad hacia la Madre de Dios”.

O significado primordial do Decreto é ter estabelecido com autoridade que o compromisso pelo restabelecimento da plena comunhão no único movimento ecumênico é uma tarefa de toda a Igreja, que deve ser realizada na base do reconhecimento da comunhão já existente – embora não plenamente ainda – entre todos os cristãos e suas Igrejas (VERCRUYSSSE, 1998, p. 70).

Zanon (2013) recorda que o processo de unidade dos cristãos é visto de modo positivo, tanto para a evangelização quanto para a própria sociedade, levando a Igreja a assumir um compromisso ao objetivar-se em promover a restauração da unidade dos cristãos, ou seja, entre aqueles que professam a fé na Trindade e reconhecem o Cristo como Salvador (cf. UR, n. 1).

Há de se destacar que a UR enfatiza que, embora houveram cisões no passado, não é possível permanecer em desarmonia, mas sim reconhecer que há uma comunhão existente com a Igreja de Roma, dado que existem – nas demais denominações cristãs – aspectos da presença do próprio Cristo e da ação do Espírito Santo, embora a plenitude, segundo os padres conciliares, se dê na Igreja Católica e/ou na comunhão com a mesma (cf. UR, n. 3).

A ecumenicidade apresentada pelo Decreto é dada, na visão de Bosch (1991), não devido a uma imposição jurídica, mas pela própria abertura da Igreja ao movimento ecumênico já iniciado por outras denominações cristãs. Para isso, a própria UR traz a definição da Igreja a respeito deste movimento:

Por “movimento ecumênico” entendem-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são: primeiro, todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que não correspondem com equidade e verdade, à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles; depois, o “diálogo” estabelecido entre peritos competentes, em reuniões de cristãos das diversas Igrejas ou comunidades, organizadas com finalidade e espírito religioso, em que cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua Comunhão e apresenta com clareza as suas características (UR, n. 4).

Afirma-se, ainda, que, embora não convergindo para um mesmo credo, a unidade deve estar baseada e promover as virtudes teológicas – fé, esperança e caridade (cf. 1Cor 13, 13) – de modo a reconhecer, nos outros, os bens que, de fato, são de Cristo (cf. UR, n. 4).

O Decreto recorda, ainda, que esse compromisso não é exclusivo das autoridades eclesiais, mas deve ser aceito por toda a Igreja (cf. UR, n. 5), de forma que “os fiéis devem viver o seu protagonismo. Eles promovem as atitudes fundamentais humanas e cristãs. Com elas praticam quotidianamente o diálogo e

buscam uma colaboração. Através deles se edifica a sociedade no respeito e no amor” (CARDOSO, 2016, p. 361). Assim, é preciso uma real conversão de mentalidade e coração que vislumbre o ecumenismo e, assim, permita uma fraternidade mútua (cf. UR, n. 7).

A unidade é concebida, ainda, pela capacidade da oração baseada em um ecumenismo espiritual (cf. UR, n. 8) e pelo conhecimento a respeito das demais denominações cristãs, inclusive no âmbito acadêmico (cf. UR, n. 9-10). Além disso, é preciso que haja – “de forma clara, transparente e sem concessões” (SANTA ANA, 1987, p. 91) – a enunciação da doutrina eclesiástica católica mesmo no âmbito ecumênico, de modo a recordar que há uma hierarquia de verdades a serem defendidas pela Igreja, proporcionando uma abertura dialogal (cf. UR, n. 11).

Wolff (2011) compreende as principais ideias da UR concluindo que o CVII promove um imperativo ecumênico que exige o caminho da unidade que só é possível por meio de Deus, em Deus e na comunhão proporcionada por Deus. Assim, o autor sintetiza que

O ensinamento conciliar incentiva todo tipo de iniciativa que favoreça à unidade, fortalecendo quatro elementos: a) o ecumenismo como uma atitude, com um comportamento dialogante frente às diferentes Igrejas, eliminando palavras, juízos e ações que não correspondam à condição dos irmãos separados (UR 4); b) o diálogo teológico, para aprofundar a doutrina cristã nas várias confissões, distinguindo o “conteúdo” e as “formas” de explicitação das verdades da fé (UR 9.11), e compreendendo que existe uma “hierarquia das verdades”, que mostra “o diverso nexos com o fundamento da fé cristã” (UR 11); c) a cooperação prática, que favorece a corresponsabilidade das Igrejas em iniciativas pastorais concretas (UR 12); d) o ecumenismo espiritual, considerando a oração “a alma de todo o movimento ecumênico” (UR 8) (WOLFF, 2011, p. 411)

Por fim, a UR (n. 14-24) traz apontamentos de um processo de diálogo ecumênico com as Igrejas Orientais e Ocidentais, reforçando a unidade presente por meio do Cristo e pela ação impulsionadora do Espírito Santo. Com isso, “ali são abordados diversos elementos históricos, teológicos, espirituais, organizacionais e doutrinários das igrejas e comunidades eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana” (ZANON, 2013, p. 42).

Cabe destacar, por fim, que, embora apresente o caráter propriamente ecumênico da Igreja, a UR traz consigo uma grande dificuldade de aceitar plenamente a autonomia das demais denominações. Isso se dá, principalmente, ao intitulá-las “irmãos separados” o que, segundo Souza (2012), “não deixa de expressar uma

atitude discriminatória por parte da Igreja Católica em relação aos cristãos protestantes” (SOUZA, 2012, p. 122).

### **1.3. O magistério pós-conciliar na perspectiva ecumênica**

#### **1.3.1. A visão ecumênica de Paulo VI**

Muito embora é possível perceber o empenho ecumênico do Papa Paulo VI já nos escritos do CVII e, de modo especial, no decreto UR, pode-se, ainda, incrementar a postura do Santo Padre por mais algumas ações efetivadas pelo mesmo, como por exemplo uma celebração realizada em 1964, na Basílica São Paulo Fora dos Muros, entre católicos e não-católicos (cf. SILVA, 2021, p. 7).

Entretanto, destaca-se o gesto singular e simbólico promovido por Paulo VI, ainda durante o CVII, de ir até Jerusalém para poder rezar pelo bom encerramento do Concílio. Nesta viagem, de modo surpreendente, o Papa encontra-se com o Patriarca da Igreja do Oriente, Atenágoras, onde, em um gesto de unidade, propuseram o fim da excomunhão mútua entre as igrejas (DH, n. 4443-4435).

Não obstante, além do encontro entre o líder da Igreja do Ocidente e o líder da Igreja do Oriente – que não ocorria desde de 1439 (cf. SILVA NETO, 2017, p. 58) – outro fato que marcou esta visita foi o surpreendente gesto do Papa em abraçar Atenágoras, em um grande exemplo de fraternidade entre irmãos.

Na Carta Encíclica *Ecclesiam Suam* (ES), o Sumo pontífice suplica ao Santo Espírito pelo movimento ecumênico para que o diálogo proveniente da abertura perpetuada pelo CVII seja bom e frutuoso (cf. ES, n. 63). Diante disso, Paulo VI

[...] quis dirigir um convite a todos para viver a alegria e as dificuldades do caminho ecumênico aprofundando, dia após dia, o mistério da unidade na diversidade como sinal de uma comunhão com a qual dar testemunho do amor misericordioso de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, que muda o mundo através da conversão dos corações (BURIGANA, 2021, p. 3).

#### **1.3.2. A Encíclica *Ut Unum Sint* de João Paulo II**

O Papa João Paulo II, bebendo da fonte conciliar e vislumbrando a realidade da Igreja no milênio vindouro, escreve, em 1995, a Encíclica *Ut Unum Sint* (UUS), abordando a respeito do empenho ecumênico da Igreja em uma reaproximação para com os irmãos separados (cf. UR, n. 1), uma vez que, “[...] unidos na esteira dos mártires, os crentes em Cristo não podem permanecer divididos” (UUS, n. 1).

Esse processo não se dá como uma mera junção das denominações religiosas, mas como uma necessária reaproximação histórica entre irmãos que há muito estão distantes e, convém recordar, em conflitos (cf. UUS, n. 2). Com isso, Ciprani (2018) afirma que a UUS proporciona algumas conquistas:

a fraternidade reencontrada, a solidariedade no serviço à humanidade, a convergência na Palavra de Deus e no culto divino, o apreço dos bens presentes entre os cristãos das diversas comunidades, o aumento da comunhão, os contatos e os progressos nos diálogos (CIPRIANI, 2018, p. 9).

João Paulo II avança nas discussões propostas pelos padres conciliares ao modificar o conceito abordado pela UR em relação aos fiéis não-católicos. No Decreto Conciliar, o termo adotado, como já visto, é “irmãos separados” (cf. UR, n. 3), já o papa polonês enfatiza que aqueles que professam sua fé no Cristo, mas não comungam da religiosidade católica são “outros cristãos” (cf. UUS, n. 10). Souza (2012) aponta que ainda há outros termos que expressam a mesma ideia apresentada, não evidenciando mais uma noção, talvez, excludente, todavia remete a um distanciamento fraterno.

O papa ainda enfatiza que a questão ecumênica tem um caráter irreversível dentro da própria igreja romana (cf. UUS, n. 3) e que esse ímpeto não deve estar presente apenas na realidade global, mas antes, deve ser um eixo das igrejas locais (cf. UUS, n. 31).

Contudo, Wolff (2011) recorda que a possibilidade do diálogo apresentado por João Paulo II se dá devido aos frutos do diálogo existentes e construídos ao longo do tempo com as demais denominações cristãs, recordando que, por meio da oração, o que une os cristãos é maior do que aquilo que os divide (cf. UUS, n. 22). O autor afirma que:

[...] a fraternidade reencontrada pelo reconhecimento do único Batismo e pela exigência que Deus seja glorificado na sua obra; a solidariedade no serviço à humanidade; convergências na palavra de Deus e no culto divino; o apreço mútuo dos bens nas diferentes tradições eclesiais (WOLFF, 2011, p. 12)

Essa fraternidade é possibilitada, principalmente, no reconhecimento da própria Igreja de que não há um exclusivismo eclesiológico em relação às demais religiões, ou seja, não há um “vazio eclesial” (cf. UUS, n. 13), mas anui a presença de aspectos da Revelação, ou seja, admite que nelas há as “sementes do Verbo” (cf. AG, n. 15).

### 1.3.3. Bento XVI e o ecumenismo

O tema do ecumenismo na perspectiva de Bento XVI é marcado por duas grandes vertentes: a primeira, antes de seu pontificado e como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, é lembrada pela publicação do documento *Dominus Iesus* (DI) no qual “[...] abordou a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e a doutrina da Igreja” (FERRAZ, 2020, p. 51), promovendo, dessa forma, um distanciamento para com as outras religiões.

A segunda, já como Bento XVI, se dá, principalmente, por meio da publicação da Encíclica *Deus Caritas Est* (DCE), na qual reafirmou o compromisso já estabelecido no papado de João Paulo II por meio da UUS e propôs que a capacidade da busca pela verdade e da promoção da caridade são capazes de promover uma vivência dialogal ecumênica. Nas palavras do Sumo Pontífice:

Na Igreja Católica e noutras Igrejas e Comunidades eclesiais, também apareceram novas formas de atividade caritativa e ressurgiram antigas com zelo renovado. São formas nas quais se consegue muitas vezes estabelecer uma feliz ligação entre evangelização e obras de caridade (DCE, n. 30).

Cardoso (2016) apresenta outros importantes movimentos pelos quais Bento XVI buscou promover uma vertente ecumênica enquanto estava sentado no trono de Pedro. Dentre os documentos citados, a autora enfatiza alguns discursos – inclusive no início dos trabalhos da V Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha (CELAM), em Aparecida, SP – e a Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in Medio Oriente* (EMO), onde o Santo Padre enfatiza a necessidade de comunhão e do amor recíproco.

Assim, Ferraz (2020) colabora ao sintetizar a história do ecumenismo nos três duradouros pontificados que antecederam o Papa Francisco:

Os últimos papas, portanto, cada um ao seu estilo e resposta ao seu tempo, deram conta da busca pelo diálogo com as outras religiões. Paulo VI dialogando com o mundo moderno e suas problemáticas, o papa João Paulo II com o diálogo pela paz e o papa emérito Bento XVI com o diálogo da caridade na verdade (FERRAZ, 2020, p. 52).

### 1.3.4. O Dicastério para a Promoção da Unidade dos Cristãos

Criado pelo Papa João XXIII em 1960, o, então, Secretariado para Unidade dos Cristãos (SUC) tinha como foco trazer, para o CVII, o caráter ecumênico necessário e desejado pelo Sumo Pontífice. Foi graças ao SUC que as discussões a respeito do

ecumenismo foram sendo abarcadas durante o Concílio, uma vez que, além de convocar representantes de outras denominações cristãs, também “[...] coube a responsabilidade dos documentos pastorais promulgados pelo Concílio sobre ecumenismo, liberdade religiosa, relações da Igreja com as religiões e divina revelação, este último preparado conjuntamente com a comissão teológica” (WOLFF, 2011, p. 412).

A colaboração conciliar do SUC se deu na efetividade de quatro documentos: UR, DV, *Nostra Aetate* (NA) e *Dignitatis Humanae* (DHu) (cf. STRANSKY, 2005, p. 912). Após a eleição de Paulo VI e o fim do CVII, o SUC foi, efetivamente, estruturado na cúria romana como um Dicastério (cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, 2010, p. 69), estendendo seu campo de ação para uma relação e diálogo, também, com a comunidade judaica. João Paulo II, em 1989, realiza algumas mudanças estruturais no SUC que, por sua vez, é rebatizado como Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (PCPUC).

Wolff (2014b) recorda que o trabalho desenvolvido pelo PCPUC não está unicamente vinculado a uma área do diálogo ecumênico, mas antes, abrange as mais diversas estruturas eclesiais da Igreja, ou seja,

a) no âmbito local – a organização do trabalho ecumênico numa diocese, sob a orientação do bispo diocesano; b) no âmbito nacional – o diálogo ecumênico é orientado pela conferência episcopal; c) e no âmbito regional – quando o diálogo é organizado pela articulação das conferências episcopais de uma determinada região (WOLFF, 2014b, p. 32).

Há, ainda, o trabalho desenvolvido com as diversas denominações cristãs e que ocorrem por meio de conselhos, aos quais a Igreja se faz presente (cf. STRANSKY, 2005). Além disso, Stransky (2005) ainda nos lembra que a atividade do PCPUC é organizada por meio de seções – Ocidental e Oriental – e que busca encaminhar os trilhos do ecumenismo por meio da discussão e publicação de diretórios. Entre eles podemos destacar o *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo* (DAPNE)<sup>5</sup> de 1993, e o *Vademecum Ecumênico* (VE) de 2021<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> “O diretório trata do papel das comissões ecumênicas no plano local, da validade do batismo, da participação recíproca no culto e nos sacramentos, do ecumenismo espiritual e do ecumenismo na formação teológica” (VERCRUYSSSE, 1998, p. 72).

<sup>6</sup> No qual “é proposto aos bispos diocesanos e das eparquias como uma ajuda para melhor compreender e levar a cabo a sua responsabilidade ecumênica” (VE, p. i).

Com isso, é possível perceber que o caminho traçado após o CVII proporcionou um avanço em direção a uma realidade de diálogo para com outras denominações religiosas. Contudo, é importante enfatizar que, concomitantemente a este processo, muito foi desenvolvido e feito no âmbito da América Latina, que, por sua vez, incrementa o discurso para uma vivência pastoral de acordo com a realidade em que estão inseridos.

## 2. DO ECUMENISMO AO MACROECUMENISMO NA AMÉRICA-LATINA

As mudanças iniciadas no CVII geram efeitos significativos na América-Latina, de modo que o desenvolvimento da chamada “Teologia da Libertação” se dá por um diálogo aberto para com outras denominações religiosas. Algo marcante dentro da realidade latino-americana é, sem dúvidas, a problemática social, o que faz com que

As diferentes denominações cristãs, principalmente as que atuam na América Latina, percebem-se do mesmo lado da luta em busca de transformação social, reclamando pelo compromisso de todo cristão em ações concretas por justiça e libertação social, assumindo juntos um esforço comum pela construção de uma nova sociedade (RIBARIC, 2019, p. 64).

Com isso, é possível afirmar que, mais que meras convenções e disputas conceituais, o ecumenismo na América-Latina tem um caráter pastoral, ou seja, uma compreensão praxial que, por sua vez, exige um olhar de alteridade (cf. BRAKEMEIER, 2001, p. 198).

Dessa forma, objetiva-se, neste capítulo, compreender o processo de construção do ecumenismo na América-Latina e como, por meio desta vivência, é cunhado e elaborado o conceito de “macroecumenismo”.

### 2.1. A construção do Ecumenismo na América-Latina

O movimento ecumênico na América-Latina não surge com os desdobramentos do CVII, mas é oriundo de um trabalho pré-existente que envolve as igrejas cristãs protestantes, principalmente as Igrejas Presbiteriana e Metodista. É no avanço missionário destas igrejas que surge, no continente, a necessidade de se abordar a respeito de um diálogo entre as religiões presentes (cf. BRAKEMEIER, 2004, p. 57).

Gonçalves (2022) nos lembra que o início da caminhada ecumênica na América Latina é dado pela realização do Congresso do Panamá (1916)<sup>7</sup> que, dentro da realidade protestante, preocupou-se com a expansão missionária continental. Contudo, o autor destaca que, embora tenha sido realizado em terras latino-americanas, o Congresso não tinha grande representatividade local, ou seja, tal

---

<sup>7</sup> De acordo com Abreu (2010): “o Congresso do Panamá foi, antes de tudo, um congresso missionário realizado sob a hegemonia das denominações históricas liberais (na acepção norte-americana de “progressista” ou “avançado”), influenciadas pela teologia liberal e pelo social gospel dos Estados Unidos” (ABREU, 2010, p. 47).

encontro pode ser caracterizado como “*para* a América Latina e não *da* América Latina” (GONÇALVES, 2022, p. 36). Como afirma Brakemeier (2004):

Dos 481 participantes apenas 28 eram de origem latino-americana. A língua oficial foi o inglês. As missões tinham sua sede nos Estados Unidos e o Congresso registrava pouquíssima participação de países europeus. Forte ênfase foi dada na educação. Era uma das importantes vias pela qual se promovia a missão protestante na América Latina (BRAKEMEIER, 2004, p. 59).

Devido a esta realidade e com um impasse com a Igreja Católica, Gonçalves (2022) destaca que o Congresso do Panamá passou por duras críticas que, por sua vez, não impediram o avanço do discurso ecumênico. Vale destacar que este, por sua vez, também apresentava uma divisão conceitual, isto é, uma vertente – evangelical – que visava mais um ecumenismo que abrangesse apenas o nível eclesiástico e outra que integrasse os movimentos populares – progressistas. Estes, de acordo com o autor, buscaram, posteriormente, uma aproximação efetiva também com a Igreja Católica, mas não estabelece um diálogo efetivo para com as denominações de outras tradições não-cristãs.

Mesmo assim, Brakemeier (2004, p. 61-62) destaca a importância das Conferências Evangélicas Latino-Americanas (CELA). A primeira, ocorrida em Buenos Aires (Argentina), em 1949, abarca a importância do movimento protestante na América Latina e o processo de evangelização. Na CELA II, em Lima (Peru), em 1961, buscou-se uma organização continental. Por fim, a terceira conferência, novamente em Buenos Aires, em 1969, é marcada pela visão da realidade dos países latino-americanos.

Conforme brevemente introduzido, com a CELA II, houve uma promoção e um avanço na organização dos movimentos ecumênicos ao se criarem a Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC), a Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL)<sup>8</sup> e a Unidade Evangélica Latino-Americana (UNELAM)<sup>9</sup>. Tiel (1998) destaca, ainda, a força da juventude para a ampliação da visão ecumênica, dado que com a União Latino-Americana de Juventudes Evangélicas (ULAJE), foram promovidos vários encontros que abrangiam diferentes denominações cristãs de tradição protestantes.

---

<sup>8</sup> Tal organismo foi renomeado como Ação Social Ecumênica Latino-Americana (ASEL) (cf. TIEL, 1998, p. 47).

<sup>9</sup> Substituída, posteriormente, pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) (cf. SANTA ANA, 1987, p. 299).

No período das três CELAs, as mudanças existentes, de acordo com Brakemeier (2004, p. 62-63) são: a aproximação entre as igrejas protestantes e a Igreja Católica<sup>10</sup>, a aproximação diante da realidade e dos problemas sociais existentes e, por fim, um processo de polarização teológica, ou seja, “defrontam-se, de modo crescente, ‘evangelicais’ e ‘libertadores’, ‘conservadores’ e ‘progressistas’, correntes teológicas que priorizam a conversão individual e outras que enfatizam a transformação social” (BRAKEMEIER, 2004, p. 63).

A ISAL, por sua vez, ocupa um importante papel para a construção do diálogo ecumênico, dado que seu trabalho, no decorrer dos anos, teve como meta

[...] fortalecer os laços ecumênicos nascentes e criar empenhos de colaboração com setores católico-romanos que trafegam na mesma via de transformações sociopolíticas, embebidos todos pela mediação socioanalítica advinda da inspiração marxista e iluminada por uma compreensão bíblico-teológica fundamentada nos teólogos europeus pós-guerra (BONINO, 2008, p. 45).

Além disso, acentua-se o fato de que as discussões efetuadas pela ISAL não estavam baseadas apenas em concepções religiosas, mas em um vasto campo do conhecimento humano onde buscavam refletir a respeito da realidade latino-americana (cf. GONÇALVES, 2022, p. 41). Com isso, ainda segundo Gonçalves, há a formação de um aparato histórico, social, político e também teológico, que veem, na realidade vivida, uma compreensão ecumênica de resistência, engajamento e de sensibilidade pastoral e teológica.

Com o surgimento da CLAI, em 1982, houve uma massiva adesão das Igrejas, uma vez que os seus pontos de defesa não estavam arraigados apenas em uma doutrina eclesial, mas na defesa pelos direitos inerentes aos seres humanos, a saber, a paz e a justiça (cf. SANTA ANA, 1987, p. 300). Tiel (1998) lembra que não são apenas as Igrejas que são convidadas a participar da CLAI, mas também as organizações ecumênicas que, por sua vez, também tem direito a voz e vez. Além disso, preza-se pela unidade em decorrência da realidade latino-americana e do processo de evangelização.

De acordo com Bonino (2008), os membros da CLAI ultrapassam as 120 igrejas-membras e dezenas de organizações. Dentre seus membros, como afirma Tiel (1998), estão presentes diversas denominações cristãs e organizações protestantes

---

<sup>10</sup> O CELA III contou, pela primeira vez, com a presença de observadores católicos (cf. BRAKEMEIER, 2004, p. 62).

e pentecostais, contudo, ainda se faz necessária a presença efetiva da Igreja Católica junto a esta organização.

Esta, por sua vez, se dará na criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), em 1982. Diferente do CLAI, o CONIC atua apenas em território brasileiro e conta como membros, além da Igreja Católica, outras igrejas tradicionais e organismos ecumênicos. Assim, o CONIC objetiva

[...] promover o diálogo teológico e a convivência ecumênica, preparando encontros, servindo de foro de debates, organizando seminários e celebrações litúrgicas. Da mesma forma pretende unir as vozes das Igrejas e coordenar sua atuação em assuntos de ordem política, social e ética, candentes no país (BRAKEMEIER, 2004, p. 65).

Sendo assim, a construção do diálogo ecumênico na América Latina se dá por um longo processo de aproximação e preocupação para com o próximo. Brakemeier (2004) aponta que o ecumenismo latino-americano é caracterizado por uma relação de ambiguidade entre o movimento ecumênico e o antiecumenismo; exige uma experiência ativa das Igrejas; é orientado pela práxis; sempre busca a proximidade com o povo. Contudo, como afirma o teólogo Júlio de Santa Ana, há a necessidade de expandir tal abertura a outras denominações e, principalmente, às culturas originárias, ou seja:

O *movimento ecumênico* na América Latina só alcançará sua maturidade quando entrar em diálogo sério, em pé de igualdade (por conseguinte, descendo do cavalo do branco do conquistador e arrogante), com as formas religiosas ainda existentes dessas culturas. Elas não são rastos, mas expressões muito vivas que, embora muitas vezes ocultas e escondidas para sobreviver, permitem a afirmação da identidade dos oprimidos. O espírito dos antepassados, a tradição deles, a vivência dos ancestrais sempre se manifestou nas lutas de resistências de índios e negros. Nem a escravidão da dominação colonial, nem a exploração por parte dos grupos no poder das repúblicas crioulas puderam acabar com essas tradições. A memória do povo, mantida em símbolos religiosos de intenso conteúdo para índios e negros, é um elemento de enorme potencial libertador. Neste sentido, não há nada nela que contraria de maneira fundamental o Evangelho de Jesus Cristo (SANTA ANA, 1987, p. 301)

## **2.2. O Ecumenismo nas Conferências Episcopais Latino-Americanas**

Dentro da realidade da Igreja Católica, é possível perceber que, com o advento do CVII e sua proposta inclusivista de aproximação para com outras denominações religiosas, o movimento ecumênico se deu, na América-Latina de modo *sui generis*, isto é, não se apegou às conceituações efetivadas por uma teologia eurocentrista, mas evidenciou a realidade latino-americana para o seu desenvolvimento.

Desta forma, é possível perceber que, junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM), temos a presença deste olhar ecumênico, externado por meio dos documentos finais de cada encontro promovido. Contudo, tendo em vista um maior aprofundamento no próximo capítulo, os escritos finais da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (CGELAC), ocorrida em Aparecida/SP, serão analisadas, aqui, de maneira breve.

### 2.2.1. A Conferência do Rio de Janeiro e o Pré-Vaticano II

Inserido em um momento de conflitos entre a Igreja Católica e igrejas protestantes, a I CGELAC ocorreu na cidade do Rio de Janeiro/RJ em 1955 e estruturou, entre o episcopado, o CELAM. A grande preocupação desta Conferência estava em promover o fortalecimento do processo de formação presbiteral existente em toda América-Latina.

Assim, como nos lembra Tiel (1998, p. 59), o foco da I CGELAC é, além de tentar suprimir a problemática da escassez sacerdotal no continente, buscar trazer novo ânimo para a Igreja Católica, bem como novas práticas de evangelização e o cuidado com a prática social da Igreja.

Todavia, no Documento conclusivo da I CGELAC (DRJ), a mentalidade exclusivista ainda era muito presente, tendo em vista que a formação presbiteral tinha que preparar os futuros presbíteros de modo que

[...] ensine os futuros sacerdotes a orientar e educar os fiéis, de modo prático e eficaz, sobre a verdade da Santa Religião, dissipando os erros que semeiam os não-católicos e os inimigos da Igreja, e além disso a combater de maneira exequível a propaganda de tais teorias materialistas do comunismo, expondo com clareza e sensibilidade as soluções cristãs e os problemas sociais (DRJ, n. 20c)

Com isso, tem-se, também, que o manutenção de uma cultura católica se faz presente dentro da mentalidade dos Bispos Latino-Americanos (cf. DRJ, n. 52), reforçando o embate às igrejas protestantes, bem como ao espiritismo e à maçonaria (BEOZZO, 2007, p. 32).

Isto posto, tem-se que, embora já imerso em uma realidade que se preparava para o que se desenrolou no CVII, a I CGELAC mostrou a tendência dominante à época do que se pensava a respeito do diálogo com outras religiões, ou seja, a necessidade de um combate apologético e a perpetuação da hegemonia católica.

### 2.2.2. O auge do ecumenismo católico: a conferência de Medellín

Tendo como objetivo aplicar, na América-Latina as discussões tomadas no CVII (cf. RIBARIC, 2019, p. 65), a II CGELAC ocorrida em 1968 na cidade de Medellín, Colômbia, apresenta um verdadeiro nascimento de uma Igreja puramente latino-americana (cf. BARROS, 2011, p. 1225), ou seja, é possível afirmar que, nesta conferência, os olhos da Igreja latino-americana voltam-se para si mesma, não em uma perspectiva de abandono e cisma para com a Igreja de Roma, mas em um olhar pessoal de acordo com a realidade existente. Dessa forma,

Medellín parte da realidade de pobreza e injustiça sofrida pelos povos da América Latina, afirma que, à luz da revelação, essa situação é pecado e impulsiona uma luta em busca de estruturas mais justas. [...] Medellín foi um verdadeiro Pentecostes para a igreja da América Latina e o ponto de arranque de sua caminhada como Povo de Deus neste continente (CODINA, 2008, p. 104).

Barros (2011) ainda afirma que o Documento conclusivo da II CGELAC (DMe) se apresenta como, propriamente, um documento ecumênico, dado a grande presença de participantes não-católicos em um intenso trabalho de comunhão. Com isso, há uma verdadeira concepção sinodal no decorrer da conferência, isto é, “a Igreja Católica Romana, que era resiliente com o Movimento Ecumênico, passa a ser uma das promotoras não somente do diálogo com tradições cristãs, mas também com as tradições não cristãs, tudo para promover a paz entre os povos” (SILVA NETO, 2017, p. 57). É, justamente, nesta perspectiva que a Teologia da Libertação enfatiza seu diálogo com outras denominações religiosas.

A proposta ecumênica do DMe se inicia com o respeito familiar às demais denominações cristãs (cf. DMe, n. 3.20), o incentivo ao caráter ecumênico no ambiente escolar (cf. DMe, n. 4.19d) e nas organizações juvenis (cf. DMe, n. 5.19), bem como a presença da discussão ecumênica no âmbito catequético que propicia a busca pela justiça e pela paz (cf. DMe, n. 8.11) e a partilha conjunta e celebrativa da Palavra de Deus (cf. DMe, n. 9.14). Diante disso, Beozzo (2007) ainda nos lembra que um ponto a ser destacado foi, sem dúvidas, a abertura e acolhimento das demais denominações presentes na conferência, de modo que os bispos católicos reconheceram a comunhão nos trabalhos e esperanças, em um espírito vivente de colaboração.

Sendo assim, a construção ecumênica de Medellín se deu, primeiramente, como um momento de reencontro de irmãos há muito separados (cf. BEOZZO, 1993, p. 25) e culminou no “desatrelamento da Igreja Católica Romana do seu histórico compromisso com as elites dominantes e revelando uma igreja preocupada com os pobres” (SILVA NETO, 2017, p. 57), bem como aberta às demais culturas e expressões religiosas presentes.

### 2.2.3. Puebla e o ecumenismo

Mantendo uma característica iniciada em Medellín, a III CGELAC, realizada em 1979 na cidade de Puebla de los Angeles, México, apresenta uma visão a respeito da Igreja Latina-americana como uma característica própria em torno dos mais pobres e necessitados, apresentando um viés mais intra-elesial (cf. CODINA, 2008, p. 104). Contudo, “enquanto que em Medellín o tema ecumenismo está disperso em diversos momentos de seu documento final, em Puebla foi dedicada uma seção especial para o tema, demonstrando a importância dada nas suas conclusões” (RIBARIC, 2019, p. 66).

Beozzo (1993) destaca que a mudança a respeito da importância dada a ecumenicidade já é observada no discurso inaugural, onde não há referências aos observadores não-católicos presentes no local, sendo que estes só foram reconhecidos, como já assinalado, no Documento conclusivo de Puebla (DP).

Dentro do aspecto da promoção da dignidade da pessoa humana, o DP enfatiza que o diálogo ecumênico colabora para que tal finalidade seja atendida (DP, n. 108). Contudo, tal visão se apresenta com um caráter próprio do CVII que apresentava, como já mencionado anteriormente, um viés inclusivista e não pluralista.

Tal observação se dá, como nos lembra Beozzo (2007) pelo fato de que, ainda que haja movimentos de avanço, como a busca de um anúncio universal da salvação (cf. DP, n. 1096) e a unidade por meio das Escrituras, da oração e do bem comum (cf. DP, n. 1107), há, também, um retrocesso no afirmar, como já fizera o DRJ, da necessidade de manter a hegemonia católica cristã no continente (cf. DP, n. 1099), ou ainda a expressão do medo de que o ecumenismo desemboque em um proselitismo (cf. DP, n. 1108), a reafirmação da hierarquia de verdades proposta pelo CVII (cf. DP, n. 1120) e, também, ao afirmar a centralidade no processo de evangelização ao “considerar a dimensão ecumênica, assim como a abertura para o

diálogo com o mundo não-cristão e da descrença, como uma perspectiva global do múnus evangelizador, mais do que tarefas setoriais” (DP, n. 1127).

Dessa forma, embora houvesse uma tentativa de frear o avanço a respeito do movimento ecumênico católico, o DP deu passos largos para o reconhecimento e a opção preferencial pelos pobres, ou seja, como nos lembra Tiel (1998), ao mesmo tempo que há um freio nas discussões ecumênicas visando um voltar-se à instituição, o DP apresenta um avanço ecumênico com o ampliar da busca pela dignidade da pessoa humana, fator marcante do ecumenismo latino-americano.

#### 2.2.4. Os passos de Santo Domingo

Apresentando uma característica mais conservadora e voltada para si mesma (cf. BARROS, 2011, p. 1226), a IV CGELAC, realizada em 1992 na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, apresenta, nas palavras de Codina (2008), um verdadeiro inverno eclesial na América-Latina, pois tenta retomar a concepção de uma Igreja universal, afastando-se da compreensão ante a realidade local. Para isso,

Abandona-se o método latino-americano de partir da realidade, fala-se de uma nova evangelização (que parece insinuar que se deve mudar a linha iniciada em Medellín), propõe-se uma promoção humana, silenciando a dimensão libertadora, e defende-se a cultura cristã — que é um termo teologicamente muito questionável (CODINA, 2008, p. 104-105).

Tanto na abertura da conferência quanto em seu Documento conclusivo (DSD), não se tem uma referência aos irmãos de outras denominações religiosas que se faziam presentes como observadores. Beozzo (2007) afirma que, em determinado momento, os poucos observadores que lá estavam decidiram por abandonar o encontro, tais eram as barreiras existentes, dado que “nenhuma vez, no discurso de Santo Domingo, é invocada a dimensão ecumênica como parte integrante da ‘nova evangelização’” (BEOZZO, 1993, p. 26).

Contudo, mesmo diante desta realidade, Beozzo (1993) ressalta que, ainda que não na mesma proporção dada por Medellín ou Puebla, Santo Domingo tem a discussão a respeito do diálogo ecumênico como algo marcante, pois traz linhas de ação pastoral que visam o estabelecimento de um diálogo ecumênico ao mesmo tempo em que incentiva o diálogo com culturas não-cristãs presentes nos povos originários (cf. DSD, n. 137) e outras denominações, como os judeus (cf. DSD, n. 138):

:

Por isso também nós, com o Papa João Paulo II, dizemos: “O ecumenismo é uma prioridade na pastoral da Igreja do nosso tempo”. Para dar uma resposta adequada a este desafio sugerimos: – Consolidar o espírito e o trabalho ecumênico na verdade, na justiça e na caridade.

– Aprofundar as relações de convergência e diálogo com as Igrejas que rezam conosco o Credo Niceno-Constantinopolitano, partilham dos mesmos sacramentos e da veneração por Santa Maria, a Mãe de Deus, ainda que não reconheçam o primado do Romano Pontífice.

– Intensificar o diálogo teológico ecumênico. – Avivar a oração em comum pela unidade dos cristãos e, de modo particular, a semana de oração pela unidade dos que crêem.

– Promover a formação ecumênica em cursos de formação para agentes de pastoral, principalmente nos seminários.

– Estimular o estudo da Bíblia entre os teólogos e estudiosos da Igreja e das denominações cristãs

– Manter e reforçar programas e iniciativas de cooperação conjunta no campo social e na promoção dos valores comuns.

– Valorizar a seção de Ecumenismo do CELAM (SECUM) e colaborar com suas iniciativas (DSD, n. 135).

Ainda que não explicitamente, o diálogo ecumênico dentro da perspectiva da valorização do ser humano, é trabalhado, como nos lembra Beozzo (1993), no bloco que discorre sobre a *Promoção Humana* (DSD, n. 157-209). Já a aproximação para com as culturas originárias é destacada no bloco sobre *Unidade e pluralidade das culturas: culturas indígenas, culturas afro-americanas, culturas mestiças* (DSD, n. 243-251).

Entretanto, também é ressaltado o embate ao que, o DSD, caracteriza como seitas, mostrando uma dificuldade dos bispos conferencistas em ampliar o diálogo para com novas denominações insurgentes, principalmente, para com a viés pentecostal do protestantismo. Tal fato é visível ao afirmarem

As seitas fundamentalistas são grupos religiosos que insistem que somente a fé em Jesus Cristo salva e que a única base da fé é a Sagrada Escritura, interpretada de modo pessoal e fundamentalista, com exclusão da Igreja, portanto, e insistência na iminência do fim do mundo e juízo próximo.

Caracterizam-se por seu afã proselitista mediante insistentes visitas domiciliares, grande difusão de Bíblias, revistas e livros; a presença e ajuda oportunista em momentos críticos da vida das pessoas ou da Família e uma grande capacidade técnica no uso dos meios de comunicação social. Contam com uma poderosa ajuda financeira proveniente do estrangeiro e do dízimo obrigatoriamente pago por todos os adeptos.

Distinguem-se por um moralismo rigoroso, por reuniões de oração com um culto participativo e emotivo, baseado na Bíblia, e por sua agressividade contra a Igreja, valendo-se freqüentemente da calúnia e do suborno. Ainda que seu compromisso com o temporal seja débil, orientam-se para a participação política em vista à tomada do poder (DSD, n. 140).

Dessa forma, embora a passos tímidos e com uma tendência a retornar em aspectos já superados, é possível afirmar que há determinados avanços nas propostas apresentadas em Santo Domingo, principalmente por proporcionar uma

ultrapassagem das relações ecumênicas apenas para com as igrejas cristãs e englobar, também, as culturas dos povos latino-americanos “tornando-se cultural, social e religiosamente situado frente aos desafios dos povos todos da América Latina e do Caribe, com suas culturas, religiões e luta cotidiana por identidade e dignidade, por vida e justiça (BEOZZO, 1993, p. 28).

#### 2.2.5. Uma breve reflexão sobre Aparecida

Embora seja tratada com mais veemência ao confrontarmos a visão ecumênica do Papa Francisco no capítulo seguinte, a V CGELAC, realizada em Aparecida/SP em 2007, apresenta, de certa forma, uma continuidade das discussões iniciadas em Santo Domingo no que diz respeito a uma abertura para a realidade cultural dos povos latino-americanos.

Enquanto uma Igreja que busca ser discípula-missionária, o Documento conclusivo de Aparecida (DAp) apresenta que o viés ecumênico deve ser algo que promova o verdadeiro espírito de comunhão, em busca de um acolhimento para com o diferente e indo atrás daqueles que estão afastados (cf. BRANDES, 2016, p. 17). Com isso, ainda segundo Brandes (2016), temos tal temática como um grande eixo pastoral que discorre sobre toda a conferência.

Com isso, recuperando a metodologia ver-julgar-agir adotada em Medellín e não observada em Santo Domingo (cf. CODINA, 2008, p. 108-109), Aparecida promove um novo encontro para com os observadores não-católicos. Assim sendo, o DAp se apresenta com um cunho ecumênico, de modo que “a visão ecumênica do documento se faz a partir de uma teologia de comunhão” (CARDOSO, 2010, p. 68). Tal caminhar se dá por meio da ultrapassagem de meras explanações doutrinárias, mas é efetivada na práxis cotidiana (cf. CARDOSO, 2010, p. 71).

Com isso, é preciso, por meio de uma unidade espiritual, promover um respeito mútuo entre todas as denominações religiosas, não condenando as práticas existentes e, por vezes, desconhecidas, pois este ato conduz à formação de pré-conceitos que não colaboram para a caminhada em conjunto (cf. BRANDES, 2016, p. 43). A referida característica tem sua fonte na própria Trindade, focando tal caminhar por meio do Batismo e cuidando para não se desviar e guiar-se exclusivamente por meio do sacramento da ordem, ou seja, institucionalizar e promover um ecumenismo de inclusão (cf. BEOZZO, 2007, p. 62).

Dessa forma, o desafio proposto pelo DAp é grande, mas nas palavras de Brandes (2016): “buscar a unidade na diversidade é o que precisamos. O ecumenismo é como a subida de uma montanha: não é fácil, mas é possível” (BRANDES, 2016, p. 43)

### **2.3.A Assembleia do Povo de Deus e o Macroecumenismo**

Dentro de uma compreensão voltada à realidade prática da vida do povo latino-americano, a Assembleia do Povo de Deus realizada em Quito, Equador, em 1992, trouxe a necessidade de um ampliar de horizontes a respeito da ecumenicidade na América-Latina. Em seu texto conclusivo, afirma a importância de ampliar o ecumenismo até atingir um macroecumenismo que abranja as dimensões universais do povo de Deus (cf. TEIXEIRA, 1997, p. 149).

Um grande expoente na discussão a respeito desta nova visão foi o Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga<sup>11</sup>. Ele, ao fazer uma análise a respeito do contexto da época, afirma que havia uma ambiguidade quando se tratava a respeito do ecumenismo: de recessão e de um desejo por um diálogo maior (cf. CASALDÁLIGA, 1996a, p. 6). Nesta mesma análise, afirma que o macroecumenismo se apresenta como uma forma de diálogo inter-religioso que visa o compromisso social para com os excluídos, de um crescer juntos em comunhão.

Posteriormente, o bispo de São Félix do Araguaia, afirma que uma postura macroecumênica “não é só uma disposição psicológica, mas um espírito que inspira umas atitudes e que provém de uma experiência espiritual, de uma experiência de Deus no mundo e na história, e de uma forma determinada de perceber o mundo e seus processos” (CASALDÁLIGA, 1996b, p. 192). Isso se dá, por uma compreensão de que a própria cultura do Criador é ecumênica, ou seja, não há distinção entre nenhuma de suas criaturas, nem há uma que pertença exclusivamente a uma cultura (cf. CASALDÁLIGA, 1996b, p. 193).

Com isso, o macroecumenismo se apresenta como um espírito de abertura e de reconhecimento para com a religiosidade do outro, buscando encontrar aquilo que é comum a todos, em uma tentativa de abarcar e unificar, de modo a ser uma “teologia

---

<sup>11</sup> Espanhol, de nascimento em 1928, e brasileiro de coração, Dom Pedro foi Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT e grande articulador da Teologia da Libertação em território nacional. Escreveu vários livros e poemas. Faleceu em 2020 aos 92 anos de idade.

latino-americana das religiões” mesmo em tempos em que tal concepção não era vislumbrada (VIGIL, 2005b, p. 1). José Maria Vigil<sup>12</sup>, outro grande expoente a respeito do macroecumenismo, afirma que a grande causa que envolve essa dimensão está, justamente, na luta pelas causas do Reino, nas palavras do autor:

Sendo o que somos, pessoas cristãs, não nos sentimos pertencentes a uma facção, a um particularismo filosófico ou teológico, a uma seita que nos subtraia das grandes preocupações ou das grandes perspectivas. Nossas causas são as grandes causas da humanidade, causas e sonhos de todos os povos. Causas e sonhos também de Deus (VIGIL, 2006, p. 338).

Isso se dá, pois o reinocentrismo é compreendido como um dos eixos que sustentam a visão macroecumênica. Ademais, Vigil (2005b) também apresenta que outros fatores fundamentais são: a salvação enquanto uma construção que se dá já na realidade presente, ou seja, ela é histórica; a opção pelos pobres como concretização da aceitação do Reino. Acrescenta-se a tais axiomas, a necessidade de se compreender a universalidade da salvação, a espiritualidade enraizada na práxis cotidiana e o entendimento de que o não conhecer a Cristo não significa que não há salvação (cf. VIGIL, 2005a, p. 73-80).

Diante disso, Casaldáliga (1997) afirma que o macroecumenismo deve ser uma espécie de continuação do ecumenismo, pois apresenta um “ecumenismo total da *oikumene*” (CASALDÁLIGA, 1997, p. 34), de modo a congregar, em si, não apenas as denominações cristãs, mas também outras culturas próprias do local. Assim, o autor ainda afirma que o macroecumenismo não pode ser tratado e considerado uma organização eclesial, mas antes é “uma atitude, uma visão nova, uma espiritualidade, ou o alargamento das respectivas espiritualidades, é uma mística” (CASALDÁLIGA, 1997, p. 37).

Enquanto força impulsionadora, o macroecumenismo abrange não apenas os cristãos e outras denominações, mas deve se fazer presente em toda sociedade, contribuindo para o crescimento da mesma e o engrandecimento de suas esperanças e em prol das causas que englobem a todos que, por sua vez, são cidadãos do Reino (cf. VIGIL, 2005a, p. 339).

Com isso, segundo Vigil (2005a), cabe àqueles que aderem ao macroecumenismo atitudes de contemplação de Deus na história, de um otimismo

---

<sup>12</sup> O espanhol naturalizado nicaraguano nasceu em 1946. É um teólogo da libertação que faz parte de vários movimentos a respeito do ecumenismo latino-americano. É autor de vários livros e artigos científicos.

soteriológico, de um estado permanente de diálogo com o mundo, de uma abertura aos outros e ao que eles têm a acrescentar a cada um, de colaboração para com todos que lutam em prol das causas do Reino e, tudo isso, sem um apego institucional, isto é, sem haver uma eclesiologia exclusivista. Casaldáliga (1996b), por sua vez, acrescenta o agir em prol da Nova Evangelização que impulse o diálogo cultural e, também, em prol de uma virada antropológica, que não fique apegada a regras, mas ao próprio amor de Deus a todos seus filhos e filhas.

Por sua abertura, muitas vezes o macroecumenismo pode ser confundido com o diálogo interreligioso, contudo, mais do que uma associação entre crenças, o macroecumenismo visa uma aproximação enquanto seres humanos que, por sua vez, são criaturas de Deus que os ama. Diante disso, o objetivo buscado, como nos lembra Casaldáliga (1996b) não é outro se não o próprio Reino. Sendo assim,

A missão do ser humano é, também, macroecumênica e é acessível a todo o ser humano que chega a este mundo, através de sua consciência, à luz da sua razão e aos impulsos generosos de seu coração. Não está o não-cristão em inferioridade de condições substanciais para realizar a grande missão do ser humano. E conhecemos bem tantos e tantas, uma multidão de pessoas que foram generosamente fieis a essa missão. Seria justo Deus se colocasse a maioria dos seus filhos e filhas em inferioridade de condições para a salvação? Não quer Ele, de verdade, a salvação de todos? (VIGIL, 2005b, p. 4)

Muito contribui, também, para esta discussão, as reflexões apontadas por Marcelo Barros<sup>13</sup>. O autor, ao apontar os fundamentos teológicos e espirituais do macroecumenismo, afirma que, a relação entre os cristãos e as demais denominações religiosas, se dá por um respeito, busca por uma unidade visível e pela comunhão entre as mesmas, de modo a permanecer universal e aberta a todos (BARROS, 2000, p. 48).

Com isso, Barros distingue o macroecumenismo do diálogo interreligioso ao constatar que “o macro-ecumenismo quer realizar mais do que simples diálogo respeitoso e amigo. A proposta é de comunhão e de serviço pela vida, paz e justiça e que o diálogo inter-religioso deve tomar a forma de um encontro e relacionamento entre as culturas” (BARROS, 2000, p. 50).

Dessa forma, mais do que promover uma convivência fraterna, o macroecumenismo visa um verdadeiro “diálogo de vida, de colaboração em projetos comuns, de partilha teológica e comunhão espiritual” (MUÑOZ, 2014, p. 96) não

---

<sup>13</sup> Nascido em 1944, em Pernambuco, o Frei Marcelo Barros é monge beneditino e teólogo. Autor de vários livros e artigos dentro do campo do diálogo ecumênico e interreligioso.

apenas entre os cristãos, mas abrangendo todos os seres humanos que necessitam de auxílio.

Portanto, é possível compreender o macroecumenismo como uma possibilidade de unidade – sem uniformidade – dos seres humanos que batalham pelas causas do Reino, isto é, pela vida, em favor da paz e na luta pela dignidade de todos, principalmente para com os pequenos, em uma busca pela justiça (cf. BARROS, 2000, p. 58).

Dessa forma, diante do exposto, é possível perceber de modo implícito no magistério de Francisco traços da espiritualidade macroecumênica, tendo em vista sua grande preocupação e abertura a todos os povos, culturas e religiões, de modo a chamar a todos, sem distinção, a um diálogo fraterno em prol de causas que envolve todo ser humano.

### **3. PAPA FRANCISCO E A PERSPECTIVA PLURALISTA DE MUNDO**

Oriundo de uma realidade mergulhada no contexto latino-americana, o Papa Francisco (2013-presente), mesmo que não diretamente, colabora para a edificação de uma mentalidade macroecumênica na sociedade atual. Ribeiro (2018) afirma que não seria próprio do ex-arcebispo de Buenos Aires, cardeal Jorge Mario Bergoglio, uma visão triunfalista de Igreja, mas trazer essa realidade na qual estava inserido até então, que é “centrada numa missão profética, de anúncio do Evangelho, na modalidade de inculturação, compromissada com a libertação deste povo que sofre com a pobreza, com a miséria e com a opressão” (RIBEIRO, 2018, p. 33)

Desde os primórdios de seu pontificado, apresenta uma abertura a um diálogo fraterno com as demais denominações religiosas e, além disso, uma preocupação com causas que não abrangem apenas os fiéis que lhe são confiados, mas a toda a humanidade. Sua pré-disposição ao ecumenismo envolve o pensar e o agir ecumênico (cf. RIBEIRO, 2018, p. 33).

Com isso, este capítulo tem como objetivo apresentar as contribuições do Papa Francisco para a edificação de um macroecumenismo visando “[...] a comunhão de pontes que unem, em oposição aos muros que separam” (BRASILEIRO; GROH, 2021).

#### **3.1. Ecumenismo no magistério de Francisco**

Desde o início de seu pontificado, o Papa Francisco traz indícios e exemplos de uma abertura significativa a um diálogo com outras lideranças religiosas. Isto é possível de ser observado já nos primeiros dias após sua eleição ao trono de Pedro em um encontro com representantes das Igrejas, das comunidades eclesiais e de outras religiões, ocorrido uma semana após o anúncio na janela da Basílica.

Neste encontro, discursou para três grupos específicos que abrangem os caminhos dialogais aos quais a Igreja sempre promoveu, promovendo mensagens: “[...] a primeira é dirigida aos cristãos (delegados das Igrejas ortodoxas, das antigas Igrejas orientais, das comunidades eclesiais do Ocidente), a segunda aos hebreus e a terceira às outras religiões, em particular aos mulçumanos” (TERRAZAS, 2019, p. 23).

A partir daí, o Papa Francisco vem promovendo, ao longo de seu pontificado, o verdadeiro significado de seu título de pontífice, ou seja, vem, cada vez mais, construindo pontes com os outros. Isto é evidenciado em seu primeiro documento pontifício publicado em 2014, a exortação apostólica *Evangelii gaudium* (EG), onde o Pontífice Romano apresenta que um dos fatores que contribuem para o bem comum e a paz social é o próprio diálogo ecumênico (EG, n. 244-246).

Antes disso, porém, o Cardeal Bergoglio foi o responsável pela edição final do DAp, de modo que, desde lá, já se apresentava a necessidade de um diálogo ante iminência dos discípulos-missionários em seu trabalho com o mundo. Assim, como afirma o documento:

A compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduz ao diálogo ecumênico. A relação com os irmãos e irmãs batizados de outras Igrejas e comunidades eclesiais é um caminho irrenunciável para o discípulo e missionário, pois a falta de unidade representa um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo: “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste” (Jo 17,21) (DAp, n. 227).

Com isso, o caminho trilhado por essa conferência revela um desejo do episcopado latino-americano em dar continuidade ao que foi proposto nas conferências anteriores e, também, no próprio CVII. Desta forma, o ecumenismo proposto por Aparecida é o retorno a uma unidade por meio da oração, da conversão e da reconciliação entre os irmãos, promovendo a imersão, principalmente dos mais pobres, na proposta do Evangelho (SUESS, 2007).

Cardoso (2010) nos lembra que a perspectiva apresentada pela V Conferência é teológica, voltada ao Evangelho, à Trindade e ao Batismo, que é oriundo de ações da espiritualidade e da práxis. Assim, “o diálogo ecumênico ultrapassa a explanação de doutrinas. Ele busca a história para reconhecer a verdade dos fatos, das práticas, acertos e faltas; acertos que serão justamente valorizados, faltas pelas quais se pedirá o perdão” (CARDOSO, 2010, p. 71).

Com a eleição do Cardeal Jorge Mario Bergoglio para assumir o trono petrino e tornar-se o Papa Francisco, o Santo Padre busca em suas fontes os elementos que nortearão seu olhar eclesiológico e pastoral, ou ainda uma análise mais aprofundada na proposta aqui apresentada, a respeito do ecumenismo.

Em uma perspectiva dialogal, Francisco recorda que a construção da paz entre o ser humano se dá de modo comunitário e processual, formando uma única família humana (cf. EG, n. 245), dado que

Devemos sempre lembrar-nos de que somos peregrinos, e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus (EG, n. 244).

É em uma perspectiva social que Francisco expõe sua compreensão a respeito do ecumenismo, de modo a não estar preso a questões dogmáticas e doutrinárias, mas antes é necessário ter um foco virtuoso, isto é, “o papa acentua princípios nucleares da fé e procura ser prático e associativo, sobretudo para a caridade. Assim, o ecumenismo haveria de ser globalizado no sofrimento e na solidariedade” (CARDOSO, 2016, p. 382).

Essa característica do Sumo Pontífice, como nos lembra Wolff (2017), é uma retomada concisa ao que outrora foi proposto pelo CVII, de modo que há uma necessidade de reforma que, substancialmente, remete a uma prática ecumênica (cf. UR, n. 6). Neste sentido, o autor afirma que há quatro âmbitos trabalhados pelo Papa desde sua eleição: 1) o âmbito teológico, buscando a retomada das fontes em busca de um *aggiornamento*; 2) o âmbito eclesiológico, desestruturando uma compreensão exclusivista da Igreja em vista de um pluralismo, a valorização das Igrejas Particulares, a formação sinodal e a dinamização das estruturas eclesiais; 3) o âmbito missionário, que apresenta uma descentralização e um esforço de unidade com as diversas formas de compreender o Evangelho; 4) o âmbito espiritual e de cooperação, que recorda o Mistério no qual todo cristão está inserido.

Mendes (2021, p. 127), colabora ao incrementar que a perspectiva ecumênica de Francisco apresenta três dimensões distintas: de sangue, do pobre e da missão. A primeira, segundo o autor, remete à unidade vivenciada pela crença em Jesus Cristo, principalmente para com aqueles que são perseguidos por causa da fé. O Ecumenismo do pobre, remete à opção preferencial que a Igreja deve ter pelos mais esquecidos e excluídos da sociedade, aos quais é necessário fazer-se próximo. A terceira dimensão convoca uma unidade em prol do anúncio do Evangelho. Ainda nesta perspectiva, o autor afirma que

A visão mais aprofundada sobre o ecumenismo revela que ele possui uma tríplice dimensão: a unidade cristã, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; a promoção da vida, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os de “boa vontade”; e o diálogo inter-religioso, na busca incessante da superação dos conflitos entre as religiões, da paz e da comunhão universal dos povos (MENDES, 2021, p. 128).

Em um discurso aos membros do PCPUC, Francisco, externando sua compreensão a respeito da vivência ecumênica, enfatiza que a busca por uma unidade é própria daqueles que seguem a Cristo, uma vez que é intrínseco ao segmento do Mestre e próprio da essência do amor Trinitário. Nas palavras do Santo Padre: “invocamos a unidade, porque invocamos Cristo. Queremos viver a unidade, porque queremos seguir Cristo, viver o seu amor, gozar do mistério do seu ser um com o Pai, que depois é a essência do Amor divino” (FRANCISCO, 2016, p. 1).

Nesta perspectiva, Francisco, no mesmo discurso, aponta que a unidade ecumênica não é algo meramente oriundo do ser humano, mas antes é nascida na própria divindade, de modo que cabe ao ser humano apenas possibilitar que tal desejo torne-se realidade e visível e, mais do que isso, faz-se como um caminho a ser percorrido.

Entretanto, a unidade não pode ser uma tentativa de desaparecimento do diferente, mas antes uma valorização do mesmo, pois é preciso reconhecer a ação do Espírito Santo também junto às demais práticas religiosas para que, ao trabalhar juntas, todas possam superar os obstáculos que as dividem. Francisco enfatiza que “as diferentes tradições teológicas, litúrgicas, espirituais e canônicas, que se desenvolveram no mundo cristão, quando estão genuinamente radicadas na tradição apostólica, são uma riqueza e não uma ameaça para a unidade da Igreja” (FRANCISCO, 2016, p. 2).

Por fim, a unidade ecumênica não pode ser considerada uma absorção, mas sim a capacidade de, embasando-se na Palavra, encontrar caminhos que possibilitem a superação de travas na ampliação das relações inter-cristãs. Ou seja,

O ecumenismo é verdadeiro quando somos capazes de deslocar a atenção de nós mesmos, das próprias argumentações e formulações, para a Palavra de Deus que pretende ser ouvida, acolhida e testemunhada no mundo. Por isso, as várias comunidades cristãs estão chamadas não a «fazer-se concorrência», mas a colaborar (FRANCISCO, 2016, p. 3).

Dessa forma, como nos lembra Silva Neto (2017), o ecumenismo é entendido por Francisco como algo próprio do Cristão e, mais do que isto, a não adesão a este pensamento pode ser considerado um contratestemunho, dado que provoca a divisão e não a unidade. Ademais, esse caminho se dará, concretamente, não apenas na partilha das esperanças, mas também dos sofrimentos gerados pelas divisões, que só serão suprimidos no entorno da Videira, que é o próprio Cristo, de modo que

Francisco, como Sumo Pontífice, convida a cada ser humano a ser, também, um construtor de pontes (FRANCISCO, 2021, p. 15-16).

Brasileiro e Groh (2021) ampliam essa compreensão acerca do pontificado de Francisco ao apontar que o respeito e a busca pela unidade só se darão no reconhecimento do sagrado existente no outro, na busca constante de um diálogo fraterno. Isso extrapola a concepção de um diálogo inter-cristão, de modo que “a prática da inserção da intercultura nos territórios de periferia são as pontes que podemos construir exercitando o ecumenismo e o macroecumenismo” (BRASILEIRO; GROH, 2021, p. 6).

Com isso, temos que, ao conceber a realidade onde cada ser humano se faz presente, é possível perceber que há algo que promove a unidade, algo capaz de fazer com que, mesmo nas diferentes crenças, haja uma luta comum que seja capaz de promover um espírito de união enquanto seres humanos. E isso é visível nos escritos de Francisco, principalmente nas Encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, pois ambas valorizam o cuidado com a vida, com o diálogo e com a cultura do encontro (ROSSI; GONÇALVES, 2022, p. 72) e, ainda,

Estes documentos nos ajudam a sedimentar uma perspectiva de vida ecumênica e macroecumênica e a construir projetos para o mundo urbano através de um olhar e de uma prática em rede. A prática em rede possibilita a comunhão de pontes que unem, em oposição aos muros que separam. As pontes criam espaços para fazer experiências de pessoas sensíveis, disponíveis e servidoras do bem comum. As pontes nos aproximam da cultura do encontro, testemunhando e partilhando dores, alegrias, angústias e esperanças. As pontes abrem caminho para as veredas da amorosidade e para o sopro do Espírito Santo como sopro restaurador da vida. (BRASILEIRO; GROH, 2021, p. 6)

### **3.2. Casa comum: uma causa ecológica**

A primeira temática na qual o Papa Francisco se dirige, não a uma comunidade específica ou ainda apenas aos católicos, mas a todo mundo, é, justamente, a questão ambiental por meio da Carta Encíclica *Laudato Si'* (LS), onde aborda sua preocupação em relação à Casa Comum (cf. LS, n. 3). O Santo Padre recorda que a preocupação com a irmã terra – como afirmava São Francisco de Assis – não se restringe a grupos seletos, mas trata-se de uma necessidade universal e essencial do ser humano (cf. LS, n. 2).

A natureza configura uma preocupação que transcende as estruturas religiosas, científicas, filosóficas e sociais, mas antes, evidencia-se que cada ser

humano tem que tomar consciência do maltrate à toda a criação, inclusive a si mesmo, de modo que todos, sem exceções, contribuem para tal fato de alguma forma (cf. LS, n. 7-8). Com isso, temos a insurgência de uma preocupação em promover e defender “todas as formas de vida, humana e do planeta” (WOLFF, 2017a, p. 527).

A partir disso, é possível corroborar com Rosa e Feller (2015) quando os mesmos afirmam que a Encíclica ecológica de Francisco é, por si só, ecumênica. Com isso, o ecoecumenismo, como salientam os autores, remete a própria teologia cristã da Criação, dado que “a Criação, antes de ser temporal, foi eterna no plano de Deus; antes de ser ‘fora’ de Deus, foi plano ‘dentro’ de Deus. Toda a Criação é um sonho de Deus” (ROSA; FELLER, 2015, p. 187). Há, como nos lembra Francisco, uma meta comum a toda criatura, que é o próprio Deus, na qual o ser humano como um todo, deve apontar e reconduzir (cf. LS, n. 83). Assim, é possível, transcender a tal ideia ao afirmar que a preocupação ecológica é macroecumênica, dado a universalidade de tal preocupação. Isso se dá, pois

A partir desta visão de mundo cristã, em diálogo com a ecologia, todas as Igrejas, sentindo-se responsáveis e cuidadoras da casa comum, devem unir-se em torno desta causa, e compartilhar sua visão de mundo com as outras religiões que também enxergam o sagrado na natureza de acordo com suas compreensões (ROSA; FELLER, 2015, p. 190).

Outro ponto a ser destacado, é a importância dada pelo Papa Francisco na questão dialogal. Isso se dá pois não é possível compreender um cuidado com toda a Criação, se não houver, em primeiro lugar, um cuidado entre os próprios seres humanos. Com isso, o diálogo entre todos é fundamental para a fundamentação da casa comum, ou ainda,

Não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza, se ao mesmo tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos [...] Tudo está interligado. Por isso, exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade (LS, n. 91).

Essa preocupação se dá, pois, a casa comum não se apresenta de modo individual, mas coletivo (cf. LS, n. 95) e com um enfoque maior para com os mais fragilizados na busca pelo respeito a dignidade da pessoa humana, a estabilidade e o respeito social, promovendo o bem comum (cf. LS, n. 157). É justamente nessa classe que se pode reconhecer o aspecto macroecumênico de Francisco, uma vez que a espiritualidade entorno dos mais empobrecidos é a base para o macroecumenismo latino-americano, dado que

Os empobrecidos pertencem a diversas religiões, e tanto o Capitalismo destruidor da vida e da natureza como a visão neoliberal que oprime os pobres são antiecumênicos e precisam ser denunciados e combatidos pelas tradições espirituais – que se unam para isso (BARROS, 2016, p. 174).

O Papa chama a toda a humanidade a estar atento não apenas com as gerações futuras, mas já com a geração presente (cf. LS, n. 162). Isso, na visão de Francisco, se dará com a busca pelo bem comum culminando em uma concepção de ecologia integral. Esta, por sua vez, possui um caráter ecumênico e macroecumênico muito importante, dado que “a crise ecológica é um fenômeno que desafia todas as religiões, com algumas descobrindo, em suas próprias tradições, elementos que podem ajudar a transformar o modo como a humanidade enxerga o meio ambiente e o universo que nos cerca” (MACÁRIO, 2020, p. 138).

Dessa forma, nada disso é possível sem que haja o diálogo entre os seres humanos, buscando a compreensão de que há um projeto comum a ser debatido (cf. LS, n. 164), de modo que se tenha um “congruamento entre as religiões para a cooperação mútua em favor da causa ecológica e social” (FERRAZ, 2020, p. 134). Isso, na visão de Ferraz (2020) só é possível pela superação de desafios anteriores e o foco naquilo que é o bem comum e salutar. Assim, faz-se necessário um sair de si em direção ao outro (cf. LS, n. 208), de modo que

O cuidado da casa comum e a opção pelos mais fragilizados se converte em lugar de encontro das religiões. O pluralismo religioso e toda a diversidade de representações religiosas não deveria afastar e ser um impeditivo ao diálogo, mas, enriquecê-lo (FERRAZ, 2020, p. 137).

Barros (2016) enfatiza a dimensão espiritual situada na Encíclica, reforçando seu olhar macroecumênico, uma vez que os diálogos propostos pelo Pontífice não remetem a uma seleção específica de opiniões, mas busca abarcar vozes diversas que tem um foco em comum, ou seja, um objetivo único de cuidado e preservação. Também dentro do campo religioso, é preciso salientar que a natureza é local de apreciação enquanto criação de Deus para todas as denominações, ou seja

Todos os seres da Terra são criaturas de Deus. Todos têm impresso em seu ser mais profundo a marca de seu criador, uma dignidade própria e maravilhosa. É profundamente ecumênico e inovador em termos metodológicos esse ponto de partida que o papa escolheu para aprofundar o que a leitura bíblica pode contribuir para nossa visão ecológica e a proteção da natureza (BARROS, 2016, p. 175-176).

É preciso salientar, como afirma Santos (2015, p. 97), que a tomada de consciência de uma dimensão macroecumênica à luz desta Encíclica é fruto de um

processo de conversão. Deve-se reconhecer que cada um tenha algo a acrescentar no crescimento mútuo, não de forma a incitar uma uniformidade, mas a conviver fraternalmente na unidade, reconhecendo o Cristo que habita no interior de cada ser (cf. LS, n. 221)

Portanto, ao refletir a respeito da importância da unidade em prol da defesa da Casa Comum, independentemente das crenças religiosas, temos que o zelo por toda Criação, pela casa que o Pai nos deixou, deve consumir a todos (cf. SI 69, 10), promovendo uma fraternidade efetiva e uma ação conjunta na defesa da vida (cf. LS, n. 201).

### **3.3.A fraternidade universal como projeto conjunto da humanidade**

Em sua Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (FT), o Papa Francisco propõe uma reflexão a respeito do amor fraterno, novamente não dirigindo-se a uma parcela da sociedade, mas apontando para uma visão global de alteridade e amor, na busca pela fraternidade e amizade social entre todos as pessoas de boa vontade (cf. FT, n. 6). Nas palavras do sumo pontífice, é necessário que todos

Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos (FT, n. 8).

Passos (2021, p. 789), nos lembra que o desenvolvimento desta Encíclica se deu de modo a continuar as propostas iniciadas pela *Laudato Si'*, ou seja, se apresenta como um desfecho necessário para a relação entre a fraternidade cósmica e a fraternidade e amizade social. Diante disso, Francisco faz um convite enfático a todas as pessoas, para um olhar para o outro, reconhecendo-o como um semelhante, como um filho de Deus, dado que devemos “deixar de lado toda a diferença e, em presença do sofrimento, fazer-nos vizinhos a quem quer que seja” (FT, n. 81).

Este direcionamento para os que mais sofrem, como já vimos outrora, é um marco importante no qual é possível vislumbrar a compreensão macroecumênica do Papa, na qual visa-se a luta pela dignidade de todos, bem como a acolhida e o amor ao semelhante (cf. FT, n. 86), de modo que “viver indiferente às mazelas não deveria ser uma opção possível para a humanidade” (FERRAZ; RANGEL, 2021, p. 58).

Ao aprofundarmos na proposta de Francisco, é possível perceber que a estrutura poliédrica<sup>14</sup> apresenta-se como ponto marcante na FT, uma vez que visa um envolvimento abrangente e social que permeia todos os seres humanos e fomenta um agir comunitário e interrelacional que procura um auxílio para com o próximo e para com todo o globo (MARTÍNEZ, 2021, p. 589). Dessa forma, o Santo Padre enfatiza que “ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos” (FT, n. 32).

Cabe destacar que o poliedro – que aqui podemos associar com a concepção de macroecumenismo – proporciona o diálogo entre todos os agentes da sociedade e, conseqüentemente, proporciona um olhar mais atento aos que sempre foram vítimas de exclusão, buscando promover e valorizar a dignidade humana de cada um (MARTÍNEZ, 2021, p. 590-591).

É nesse espírito de unidade que é possível compreender a visão ecumênica de Francisco na FT. Ela se apresenta, inicialmente, quando o Papa propõe uma discussão a respeito de duas culturas distintas: a cultura do descartável e a cultura do encontro. Na reflexão sobre a primeira, o Santo Padre enfatiza que, hoje em dia, não apenas os objetos são descartados, mas também as pessoas (cf. FT, n. 20). É na busca por promover uma cultura que aproxima ao invés de repelir, que podemos compreender quem é nosso próximo, ou melhor, quem são eles, dado que

A minha relação com uma pessoa, que estimo, não pode ignorar que esta pessoa não vive só para a sua relação comigo, nem eu vivo apenas relacionando-me com ela. A nossa relação, se é sadia e autêntica, abre-nos aos outros que nos fazem crescer e enriquecem (FT, n. 89).

A abertura ao outro só é possível por meio da busca pelo ensinamento que une a todos os cristãos, católicos ou não, o mandamento do amor (cf. Jo 13, 34). É na busca constante pelo amor que é possível agir em prol do outro e que coloca a todos em uma causa comum (cf. SANTOS; MARCOLINO, 2021, p. 160).

Novamente, neste ponto, é possível inferir a marca macroecumênica do Santo Padre, dado que o amor universal que é proposto em FT não é restrito a um grupo cristão-católico, mas enfatiza a dignidade que cada ser humano tem direito (cf. FT, n. 107), cabendo a todos os homens e mulheres a missão de assegurar as necessidades

---

<sup>14</sup> Modelo que prioriza uma equidistância entre os membros do grupo, reunindo todas as partes de modo confluyente (cf. EG, n. 236). Com isso, podemos compreender que “o poliedro representa o ideal de sociedade ao buscar o bem comum, a fraternidade, a justiça e a amizade social” (MARTÍNEZ, 2021, p. 585).

uns dos outros (cf. FT, n. 110), promovendo o bem comum (cf. FT, n. 112) por meio da prática da solidariedade entre iguais (cf. FT, n. 115).

Nesta perspectiva, a busca pelo desenvolvimento integral do ser humano e pelos seus direitos são pontos destacados por Francisco, pois é na garantia de uma vida digna, que se é possível falar em paz a todos os povos e, conseqüentemente, entre todos os credos, uma vez que “a paz real e duradoura é possível só “a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira” (FT, n. 127).

A diversidade religiosa e cultural é defendida pelo pontífice, pois estas colaboram para a formação de uma identidade própria de cada localidade. Com isso, é mister a promoção e garantia dos direitos de cada pessoa, garantindo a dignidade e a liberdade de cada indivíduo (cf. FT, n. 136). Essa relação entre cada ser humano deve abranger a universalidade dos homens e mulheres, contudo, “o universal não deve ser o domínio homogêneo, uniforme e padronizado duma única forma cultural imperante, que perderá as cores do poliedro e ficará enfadonha” (FT, n. 144), ou seja, destaca-se aqui, a busca pela unidade, mas não pela uniformidade.

Francisco convida ainda a uma tomada de consciência em uma perspectiva unitária e que busca a efetividade do bem comum, reconhecendo-se enquanto povo. Esse conceito é essencial para a vivência cristã pois, como comunidade de fiéis, os cristãos são povo de Deus, de modo que

[...] os que crêem em Cristo, renascidos de uma semente não corruptível, mas incorruptível pela Palavra de Deus vivo (cf. 1 Pd. 1,23), não da carne, mas da água e do Espírito Santo (cf. Jo. 3, 5-6), constituem « uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade... que outrora não o era, mas agora é o povo de Deus» (1 Pd. 2, 9-10) (LG, n. 9).

A categoria Povo, como nos lembra Francisco, não é fechada ou reclusa, mas aberta, viva, dinâmica, de modo que ele [o povo] deve evoluir cotidianamente, na busca pela dignidade humana, promovendo o trabalho digno a cada um, a promoção da caridade ao próximo (cf. FT, n. 160-165). Contudo, o Santo Padre adverte para que se afaste da mente e do coração cristão uma postura egoísta e isoladora. Neste sentido, em mais um vislumbre macroecumênico, Francisco afirma que, na sociedade contemporânea, “requer-se coragem e generosidade para estabelecer livremente certos objetivos comuns e assegurar o cumprimento em todo o mundo dalgumas normas essenciais” (FT, n. 174).

Dentro de uma concepção de diálogo e amizade social, o Santo Padre reforça a compreensão de um fazer coletivo, no qual “as relações sociais estejam embasadas em alguns princípios universalmente válidos, em algumas verdades objetivas adquiridas após longa e ampla discussão coletiva” (ROSSI; GONÇALVES, 2022, p. 79), de modo que o consenso, a realidade social e uma verdade objetiva sejam abrangidos (cf. FT, n. 212).

A capacidade de ouvir o que o outro tem a acrescentar só é possível quando se desenvolve a “cultura do encontro” que, por sua vez, deve estar embebida no retorno à verdade já explicitada, ou seja, “só da verdade histórica dos fatos poderá nascer o esforço perseverante e duradouro para se compreenderem mutuamente e tentar uma nova síntese para o bem de todos” (FT, n. 226).

Aqui, temos, uma outra oportunidade de perceber a abertura macroecumênica do Papa, dado que a promoção de uma cultura do encontro permeia uma concepção que, como nos lembra Santos e Marcolino (2021), ultrapassa a visão utilitarista que vislumbra um cuidado comum, uma busca pela paz. Essa procura é convocatória à toda humanidade, ou seja, não a grupos esporádicos, mas universal, respeitando as diferenças, mas tendo uma causa, a causa pela vida, como plano de fundo. Assim, como nos lembra o Santo Padre:

O percurso para a paz não implica homogeneizar a sociedade, mas permitir-nos trabalhar juntos. Pode unir muitos nas pesquisas comuns, onde todos ganham. Perante um certo objetivo comum, poder-se-á contribuir com diferentes propostas técnicas, distintas experiências, e trabalhar em prol do bem comum (FT, n. 228).

No capítulo derradeiro da Encíclica, Francisco explicita sua abertura dialogal para com as demais religiões, não como mera cordialidade, mas na busca por uma harmonia, uma partilha real e que busca a paz (cf. FT, n. 271). Rossi e Gonçalves (2022) afirmam que, mesmo a Igreja sendo universal<sup>15</sup>, ela não é restrita a uma única realidade, de modo que é preciso reconhecer o valor social dos outros grupos existentes, valorizando a liberdade religiosa em sua amplitude, não ofuscando uns aos outros, mas tendo a consciência que “buscar a Deus com coração sincero [...]

---

<sup>15</sup> “A universalidade então não é tornar unívoca uma forma e impô-la às realidades diversas, mas propiciar que a diversidade se efetive como manifestações de singularidades, simultaneamente marcadas por suas identidades próprias e pelo espírito de abertura à alteridade, pela qual torna possíveis a comunicação entre os diferentes e a convivência *oi-kouménica*, que possui um *ethos* comunitário incisivo na efetividade da fraternidade” (ROSSI; GONÇALVES, 2022, p. 84).

ajuda a reconhecer-nos como companheiros de estrada, verdadeiramente irmãos” (FT, n. 274).

A liberdade religiosa defendida pelo Papa mostra que é possível um acordo entre todas as religiões, observando o que se tem em comum ao invés de evidenciar as desigualdades. É preciso estar na busca pelo bem comum, principalmente dos mais pobres e necessitados (MAESTRO, 2020). Da mesma forma, a busca pela paz entre as religiões, que deve ter o olhar de Deus como ponto de partida (cf. FT, n. 281), torna-se fundamental para que essa luta torne-se comum, dado que “nenhuma forma de violência encontra fundamento nas convicções religiosas, senão nas interpretações equivocadas, nas deformações das fontes dos ensinamentos religiosos” (FERRAZ; RANGEL, 2021, p. 58).

Dessa forma, Francisco convoca aos líderes religiosos a não serem imprudentes (MAESTRO, 2020), mas promotores do diálogo, da paz, da unidade, ou seja, um chamado a ser construtores de pontes (cf. FT, n. 284), de modo que todas as religiões

unidas no vigor do que têm em comum e na ternura do que é diferente, superam a guerra, o proselitismo e o fundamentalismo da letra de seus livros e ritos, para construírem relações que propiciem a elevação da dignidade do ser humano em sua condição de *humanum* (ROSSI; GONÇALVES, 2022, p. 85).

Assim, mesmo de maneira não explícita, Francisco apresenta, ao afirmar a luta pelo bem comum, principalmente em relação aos mais pobres, indícios de uma visão macroecumênica, dado que, a luta pela justiça, pela vida, pela valorização e humanização de cada indivíduo são causas comuns que ultrapassam limites institucionais, mas levam a uma valorização do outro em um diálogo fraterno. Desse modo, é preciso incentivar a unidade na pluralidade, o comum em detrimento do antagônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, neste trabalho, apresentar uma reflexão a respeito da construção da caminhada macroecumênica no contexto latino-americano e como tal concepção se dá tendo em vista uma unidade em torno das causas do Reino.

Para isso, retomou-se a construção histórica e epistemológica do termo “ecumenismo”, apresentando apontamentos e embasamentos bíblicos e eclesiológicos a respeito do que a própria Igreja entende a respeito deste conceito no período pré-conciliar. Em seguida, realizou-se um corte epistemológico a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), promovendo uma análise das constituições conciliares e do documento próprio a respeito do diálogo ecumênico *Unitatis Redintegratio*, com os quais foi possível observar uma mudança paradigmática da Igreja, na qual passou-se de um viés exclusivista para um viés inclusivista a respeito da relação para com as demais denominações cristãs.

No âmbito do Magistério pós-conciliar, analisou-se, com exceção do pontificado de João Paulo I devido a sua curta duração, a relação dos Pontífices Romanos com a temática do ecumenismo, onde foi possível perceber que cada Papa, a seu modo, trouxe uma contribuição para a promoção do diálogo, possibilitando, até mesmo, a criação de um Dicastério específico para a Promoção da Unidade dos Cristãos, que, por sua vez, continua apresentando ferramentas que possibilitem a aproximação para com as demais religiões.

Em seguida, buscou-se compreender a construção da mentalidade ecumênica na realidade latino-americana, enfatizando que tal processo se deu, primeiramente, como uma realidade própria do protestantismo que, por sua vez, criaram organismos e encontros que facilitaram que o diálogo ecumênico pudesse se fortalecer. A Igreja Católica, entretanto, mostrou-se muito relutante em participar de tais encontros, aproximando-se muito posteriormente à realização da primeira Conferência Evangélica Latino-Americana.

Contudo, com a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho, a Igreja Católica também começou a apontar perspectivas de abertura para com as demais denominações cristãs. Dentre as cinco conferências realizadas pelo CELAM, destacam-se Medellín (1968) – que pode ser considerada o auge da abertura dialogal da Igreja Latino-Americana, em um verdadeiro encontro fraterno – Puebla (1979) – na qual, embora apresente alguns pontos de retrocesso, a ênfase pela dignidade dos

mais pobres e sofredores coadunam com a luta ecumênica – e Aparecida (2007) que, por sua vez, considera o espírito ecumênico como um espírito de comunhão fraternal.

Tudo isso culminou na Assembleia do Povo de Deus que fora realizada em Quito, Equador, que em seu documento final, apresenta a necessidade de uma visão mais ampla do processo ecumênico, ou seja, é preciso tornar o diálogo reduzido a uma relação entre Igrejas Cristãs para algo mais abrangente, que aglutine também outras denominações, isto é, um macroecumenismo.

O macroecumenismo, por sua vez, evidencia a busca por aquilo que é comum a todos, aquilo que é uma luta conjunta em prol da dignidade humana. Essa luta vislumbra o Reino, dado que a compreensão macroecumênica não é apenas teórica, tampouco pura e exclusivamente eclesiológica, antes é uma atitude renovadora embasada em uma espiritualidade que visa a unidade. É no reconhecimento dos seres humanos e na luta pela dignidade que a visão macroecumênica se faz presente enquanto caminha rumo a uma vivência fraterna e dialogal, sem haver uma uniformidade.

Três autores foram destacados no desenvolvimento da compreensão macroecumênica: Dom Pedro Casaldáliga, José Maria Vigil e Marcelo Barros. Todos os três, a partir do proposto na Assembleia do Povo de Deus, proporcionam reflexões a respeito da unidade que transcende os limites institucionais e conceituais do ecumenismo, mostrando que a luta em prol de algo comum, ou seja, as causas do Reino, podem promover um encontro fraterno capaz de unir aqueles que, há muito, estavam divididos.

Por fim, realizou-se uma inferência em relação ao Magistério de Francisco para com a temática macroecumênica. Tendo em vista que, antes de sua eleição ao trono de Pedro, o, até então, cardeal Jorge Mario Bergoglio era arcebispo de Buenos Aires, Argentina e, com isso, vivenciou na pele os efeitos da Teologia do Povo e da Teologia da Libertação latino-americanas. Dentro destes podemos destacar, como já visto, a construção do macroecumenismo. Tal fato, embora não explícito, é observável nos escritos do atual Papa desde de sua colaboração como redator final na V Conferência Episcopal Latino-Americana de Aparecida/SP.

Com isso, foi possível analisar o enfoque dado por Francisco em seus documentos pontifícios para a temática do ecumenismo e, conseqüentemente, mas não explicitamente, do macroecumenismo. Tem-se, na Encíclica *Laudato Si'*, uma visão do pontífice a respeito do zelo e cuidado para com a casa comum, de modo a

promover a vida e a proteção a toda criação. Com isso, a perspectiva macroecumênica observável nesta encíclica se dá na necessidade comum de cuidado enquanto colaboradores da obra do Criador, com um olhar mais atencioso para com aqueles que sofrem, independentemente de credos e raças. Assim, a abertura dialogal se faz necessária para que, juntos, todos os seres humanos possam ser promotores da vida.

Na mesma perspectiva, temos que a Encíclica *Fratelli Tutti* muito colabora para uma tentativa de aproximação entre os seres humanos com uma real vivência fraterna. O Santo Padre, nesta Encíclica, faz uma proposta de alteridade não apenas aos católicos, mas a toda a humanidade, ou seja, busca-se uma vivência em conjunto, respeitando a pluralidade de ideias, em uma confluência a uma cultura que não descarte, mas agregue.

Tal perspectiva é vislumbrada ao afirmar-se a busca pelo mandamento do amor. Mas não um amor restritivo a grupos específicos, mas uma abertura a todos os seres humanos, isto é, buscando a dignidade de todos, lutando por justiça, promovendo o bem comum e a solidariedade.

Com isso, a perspectiva macroecumênica de Francisco passa também pela cultura do encontro, dado que a compreensão de igualdade – promovida pela categoria Povo de Deus – mas que não está atrelada a uma uniformidade, exige de todo ser humano a capacidade de um respeito a pluralidade de pensamentos e crenças e, ao mesmo tempo, propõe a unidade em prol da vida, da justiça e, principalmente, da paz.

Portanto, o macroecumenismo se apresenta como algo necessário na vivência eclesiológica hodierna, tendo em vista que é preciso estar aberto a um diálogo fraterno e acolhedor diante de uma sociedade plural, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de instigar a uma luta comum, vislumbrando a dignidade de cada criatura e as causas do Reino.

## REREFÊNCIAS

ABREU, Fábio Henrique de. **Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica: uma análise do centro ecumênico de documentação e informação (1974-1994)**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3831/1/fabiohenriquedeabreu.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2022.

AGENDA LATINOAMERICANA MUNDIAL. **Deus tem um sonho... Manifesto da Assembléia do Povo de Deus**. Disponível em: <<http://archivosagenda.org/pt/deus-tem-um-sonho>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BARROS, Marcelo. Convite para unir terra e céu: A encíclica “Laudato si’” e a espiritualidade macroecumênica”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 76, n. 301, p. 171–183, jan. 2016. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/243/235>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. El ecumenismo y los 50 años del Vaticano II. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2011. , v. 9, n. 24, p. 1220–1232 Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1221/3463>>. Acesso em: 5 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teológicos e espirituais para o macro-ecumenismo. **Cadernos do CEAS: Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, BA, 2000. , n. 187, p. 45–64.

\_\_\_\_\_. Muitas falas e uma única palavra: amor. A bíblia e o pluralismo religioso. *In*: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José Maria (Org.). **Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã**. São Paulo, SP: Assett, Edições Loyola, 2005. p. 145–159.

\_\_\_\_\_. **O sonho da paz**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica “Deus Caritas Est”**: sobre o amor cristão. [S.l: s.n.], 2005. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.pdf](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BEOZZO, José Oscar. O ecumenismo na V Celam. **Religião e Cultura**, v. VI, n. 12, p. 31–70, jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para o ecumenismo: de Medellín a Santo Domingo. **Vida Pastoral**, n. 170, p. 25–28, 1993. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/documentos-e-concilios/perspectivas-para-o-ecumenismo-de-medellin-a-santo-domingo/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

**Bíblia sagrada (tradução ecumênica)**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

BINGEMER, Maria Clara. **Teologia latino-americana: raízes e ramos**. Tradução: Suzana Regina Moreira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Editora PUC Rio, 2017.

BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BONINO, José Miguez. Etapas no desenvolvimento histórico do movimento ecumênico. *In*: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota (Org.). **Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. p. 19–59.

BOSCH, Juan. **Para compreender el ecumenismo**. Estela, Navarra (Espanha): Editorial Verbo Divino, 1991.

BRAKEMEIER, Gottfried. Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo. **Perspectiva Teológica**, v. 33, p. 195–216, jan. 2001. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/793/1224>>. Acesso em: 8 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Preservando a unidade do espírito no vínculo da paz: um curso de ecumenismo**. São Paulo, SP: Aste, 2004.

BRANDES, Orlando. **Documento de Aparecida. Síntese popular: discípulos e missionários de Jesus Cristo a serviço da vida**. Aparecida, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: <[https://www.a12.com/source/files/originals/Documento\\_de\\_Aparecida\\_2017.pdf](https://www.a12.com/source/files/originals/Documento_de_Aparecida_2017.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASILEIRO, Eduardo; GROH, Vilson. **Movimentos Populares: Estilo de Francisco**. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2021-03/movimentos-populares-estilo-de-francisco.html>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BURIGANA, Riccardo. **Paulo VI e o ecumenismo: uma escolha irreversível**. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-06/paulo-vi-ecumenismo-conselho-mundial-igrejas-reflexao.html>>. Acesso em: 11 out. 2022.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. A perspectiva ecumênica do Documento de Aparecida. **Encontros Teológicos**, v. 57, n. 3, p. 67–80, 2010.

\_\_\_\_\_. No respeito e no amor. Ensino de Bento XVI e Francisco sobre a solicitude ecumênica. **Perspectiva Teológica**, v. 48, n. 2, p. 357–287, 2016.

CARVALHO, João Jairo de. Maracatu como macroecumenismo possível. **Protestantismo em Revista**, v. 23, p. 75–84, set. 2010. Disponível em: <<http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

CASALDÁLIGA, Pedro. Do ecumenismo para o macroecumenismo. **Contexto Pastoral**, v. VI, n. 34, p. 6, 1996a.

\_\_\_\_\_. Macroecumenismo. *In*: CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria (Org.).

**Espiritualidade da Libertação.** Tradução: Jaime A. Clasen. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996b. p. 192–200.

\_\_\_\_\_. O macroecumenismo e a proclamação do Deus da vida. *In:* TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo, SP: Paulinas, 1997. .

CELAM. Declaração dos cardeais, arcebispos, bispos e demais prelados representantes da hierarquia da América Latina reunidos na Conferência Episcopal do Rio de Janeiro (1955). **Documentos do CELAM: Rio - Medellín - Puebla - Santo Domingo.** Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Maria Paula Rodrigues. São Paulo, SP: Paulus, 2004a. p. 19–69.

\_\_\_\_\_. **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe.** 11. ed. São Paulo: Paulus / Paulinas / Edições CNBB, 2009.

\_\_\_\_\_. Documento de Puebla (1979): texto conclusivo da III conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe. **Documentos do CELAM: Rio - Medellín - Puebla - Santo Domingo.** Coleção Documentos da Igreja. São Paulo, SP: Paulus, 2004b. p. 227–584.

\_\_\_\_\_. Documento de Santo Domingo (1992): texto conclusivo da IV conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe. **Documentos do CELAM: Rio - Medellín - Puebla - Santo Domingo.** Coleção Documentos da Igreja. São Paulo, SP: Paulus, 2004c. p. 587–782.

CIPRIANI, Gabriele. Da fraternidade à comunhão: o ecumenismo do papa Francisco. **Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso**, v. 6, n. 8, p. 8–18, 2018.

CODINA, Víctor. A eclesiologia de Aparecida. *In:* ARMERINDIA (Org.). **V conferência de Aparecida: renascer de uma esperança.** Tradução: Luís Marcos Sander. 1. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2008. p. 102–122.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição conciliar “Sacrosanctum Concilium”: sobre a sagrada liturgia. *In:* COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).** Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo, SP: Paulus, 1997a. p. 33–86.

\_\_\_\_\_. Constituição dogmática “Dei Verbum”: sobre a revelação divina. *In:* BAZAGLIA, Paulo (Org.). **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação (1893-2010).** Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2019. .

\_\_\_\_\_. Constituição dogmática “Lumen Gentium”: sobre a Igreja. *In:* COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).** Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997b. p. 101–193.

\_\_\_\_\_. Constituição pastoral “Gaudium et Spes”: sobre a Igreja no mundo de hoje.

*In*: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997c. p. 539–661.

\_\_\_\_\_. Declaração “Nostra Aetate”: sobre as igrejas e religiões não-cristãs. *In*: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo, SP: Paulus, 1997d. p. 339–346.

\_\_\_\_\_. Decreto “Ad Gentes”: sobre a atividade missionária da Igreja. *In*: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997e. p. 431–490.

\_\_\_\_\_. Decreto “Unitatis Redintegratio”: sobre o ecumenismo. *In*: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Coleção Documentos da Igreja. Tradução: Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo, SP: Paulus, 1997f. p. 215–240.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja católica**. Tradução: José Marino Luz; Johan Konings. São Paulo, SP: Paulinas / Edições Loyola, 2006.

FERRAZ, Chrystiano Gomes. **O diálogo inter-religioso para uma ecologia integral**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48527/48527.PDF>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FERRAZ, Chrystiano Gomes; RANGEL, Dian Henriques. Para uma espiritualidade do encontro: uma proposta de espiritualidade cristã a partir das encíclicas do Papa Francisco. **Revista Eletrônica Espaço Teológico.**, v. 15, n. 27, p. 50–65, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/52118/35797>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica “Fratelli Tutti”: sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Paulus, 2020.

\_\_\_\_\_. **Carta encíclica “Laudato Si””: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Edições Loyola / Paulus, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Papa Francisco aos participantes na Plenária do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos**. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco\\_20161110\\_plenaria-unita-cristiani.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161110_plenaria-unita-cristiani.html)>. Acesso em: 14 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Exortação apostólica “Evangelii Gaudium”: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2014.

\_\_\_\_\_. **O céu na terra. Amar e servir para transformar o mundo**. Brasília, DF:

Edições CNBB, 2021.

GALZIGNATO, Mario. La “Sacrosanctum Concilium” e l’ecumenismo. *In*: FONDAZIONE BRUNO KESSLER (Org.). **Annali di studi religiosi**. Bologna (Itália): Edizioni Dehoniane Bologna, 2012. v. 13. p. 279–296.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A., 2002.

GONÇALVES, Alonzo. Julio de Santa Ana, precursor de uma teologia ecumênica das religiões na América Latina. *In*: RIBEIRO, Claudio (Org.). **Teologia protestante da libertação: a atualidade do pensamento de Julio de Santa Ana**. São Paulo, SP: Editora Recriar, 2022. p. 35–53.

HARRINGTON, Daniel J. O Evangelho segundo Marcos. *In*: BROWN, Raymond E.; FITZMEYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Org.). **Novo comentário bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos**. Tradução: Celso Eronides Fernandes et al. São Paulo, SP: Academia Cristã; Paulus, 2011. p. 1792.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica “Ut Unum Sint”**: sobre o empenho ecumênico. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_25051995\\_ut-unum-sint.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25051995_ut-unum-sint.html)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LIBANIO, João Batista; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia: perfil, enfoques, terefas**. 9. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

MACÁRIO, Luís Felipe Lobão de Souza. A Encíclica “Laudato Si” e as reações de católicos e evangélicos ao cuidado com a casa comum. **Sacrilegens**, v. 17, n. 2, p. 133–155, jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/32712/21923>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MAESTRO, Juan Pablo García. Fratelli Tutti: La Dimensión Ecuménica E Interreligiosa De La Encíclica. **Sinite: Revista de Pedagogía Religiosa**, v. 61, n. 185, p. 549–565, 2020. Disponível em: <<https://publicaciones.lasallecampus.es/index.php/SINITE/article/view/64/92>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MARIANI, Ceci Maria Costa Baptista. Linguagem mística e revelação: uma reflexão a partir do documento conciliar sobre a revelação Dei Verbum. *In*: BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho; MIOTELLO, Valdemir (Org.). **O Concílio Vaticano II como evento dialógico: O pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 91–107.

MARTÍNEZ, Sergio Esteban González. A figura do poliedro em tempos de crise. 2021, Belo Horizonte, MG: Annales FAJE, 2021. p. 584–592. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/4876/4716>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

MENDES, Alex da Silva. Palavras de Francisco: “não trago ouro nem prata, mas lhes trago o que de mais valioso me foi dado: Jesus Cristo”. **Correlatio**, v. 20, n. 1, p. 121–136, jun. 2021. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/1036212/7892>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MUÑOZ, Manuel Alfonso Díaz. Expressões Teóricas dos Processos de Libertação: Novos Paradigmas. **Revista Tecer**, v. 6, n. 11, p. 213–228, nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Religião e multiculturalidade: o diálogo, categoria central na teologia contemporânea. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 23, n. 44, p. 85–101, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/123/156>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

PAGOLA, José Antonio. **O caminho aberto por Jesus: Marcos**. Tradução: Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PASSOS, João Décio. Fratelli tutti: uma Encíclica renovadora sobre as coisas novas e urgentes. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 19, n. 59, p. 782–801, maio 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/27291/19634>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

PAULO VI, Papa. **Carta encíclica “Ecclesiam Suam”**: sobre os caminhos da Igreja. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html)>. Acesso em: 19 out. 2022.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **O bispo e a unidade dos cristãos: vademecum ecumênico**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2021.

\_\_\_\_\_. **Unità dei cristiani: dovere e speranza. Per il 50° Anniversario dell’Istituzione del Pontificio Consiglio per la promozione dell’Unità dei Cristiani (1960-2010)**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010. Disponível em: <<http://www.christianunity.va/content/unitacristiani/it/dicastero/presentazione1/unita-dei-cristiani--dovere-e-speranza---christian-unity--duty-a.html>>. Acesso em: 25 out. 2022.

RIBARIC, Sergio Alejandro. **Ecumenismo: do Concílio Vaticano II a Puebla**. Disponível em: <<https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/578/473>>. Acesso em: 11 out. 2022.

RIBEIRO, Antônio Lopes. O pontificado de Francisco em perspectiva ecumênica. **Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso**, v. 6, n. 8, p. 31–41, 2018.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Teologia e espiritualidade ecumênica: implicações para o método teológico a partir do diálogo inter-religioso. **Estudos Teológicos**, v. 53, n. 1, p. 57–73, jan. 2013. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/281/792](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/281/792)>.

Acesso em: 4 mar. 2022.

ROSA, André Luís da; FELLER, Vitor Galdino. Ecumenismo e ecologia . Por uma família comum cuidando da casa comum. **Encontros Teológicos**, v. 3, n. 30, p. 181–196, 2015. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/36/31>>. Acesso em: 16 set. 2022.

ROSSI, André Luiz; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. A diversidade religiosa na Fratelli Tutti. **Revista de Cultura Teológica**, v. 30, n. 102, p. 71–88, maio 2022. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/58302/40641>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SANTA ANA, Julio H. de. **Ecumenismo e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

SANTOS, Danilo Nobre dos; MARCOLINO, Reginaldo. Fratelli Tutti: a cultura do encontro e a educação integral na perspectiva da fraternidade universal. **Revista Contemplação**, n. 25, p. 153–165, 2021. Disponível em: <<https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/296/335>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SANTOS, Faustino dos; SOUZA, Moésio Pereira de. Diálogo inter-religioso ou macroecumenismo: uma necessidade para a conquista da paz e da justiça social. **Kairós: Revista Acadêmica da Prainha**, v. 13, n. 1–2, p. 21–36, 2016. Disponível em: <<https://ojs.catolicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/87/84>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SANTOS, João Vitor. Os ecos de Laudato Si' e o discurso do Papa Francisco no Encontro dos Movimentos Populares em Santa Cruz de la Sierra. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. 15, n. 469, p. 91–103, 3 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao469.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SILVA, Diego Nascimento. João XXIII e Paulo VI diante do Ecumenismo: Um ministério voltado para a reconciliação. 2021, São Paulo, SP: Anais da II Jornada Teológica: Vaticano II - A urgência de uma recepção, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/2jornadateologicavaticano/trabalho/183811>>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA NETO, Luiz Guatura da. **Diálogo ecumênico e inter-religioso para o caminho da paz**. 2017. 91 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <[https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7764/2/DISSERTAÇÃO\\_LUIZ\\_GUATURA\\_DA\\_SILVA\\_NETO.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7764/2/DISSERTAÇÃO_LUIZ_GUATURA_DA_SILVA_NETO.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2022.

SINNER, Rudolf von. Ecumenismo. *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANSIEWICZ, Roberlei (Org.). **Dicionário do pluralismo religioso**. São Paulo, SP: Editora Recriar, 2020. p. 58–64.

SOUZA, José Pinheiro de. **Entrevistas com Jesus: reflexões ecumênicas (400**

**perguntas e respostas**). 3. ed. Fortaleza, CE: Gráfica LCR, 2012.

STOSIEK, Daniel. Buscando uma teologia da libertação que escute as vozes de povos indígenas – em vista do “Concílio Vaticano II como evento dialógico”. *In*: BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho; MIOTELLO, Valdemir (Org.). **O Concílio Vaticano II como evento dialógico: O pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 109–132.

STRANSKY, Tom F. Pontifício conselho para a promoção da unidade dos cristãos. *In*: LOSSKY, Nicholas et al. (Org.). **Dicionário do movimento ecumênico**. Tradução: Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 911–912.

SUESS, Paulo. **Ecumenismo segundo o Documento de Aparecida**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2007/10/26612/>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

TEIXEIRA, Faustino. “Manifesto” do I encontro da assembleia do Povo de Deus (Quito - Equador, 1992). *In*: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo, SP: Paulinas, 1997. p. 147–151.

\_\_\_\_\_. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. **Revista Horizonte**, v. 2, n. 3, p. 19–38, jul. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/596/623>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

TERRAZAS, Santiago Madrigal. **A unidade prevalece sobre o conflito: o ecumenismo do Papa Francisco**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2019.

TIEL, Herhard. **Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus: uma análise do movimento ecumênico de base**. Tradução: Luís Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal / Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), 1998. (Ecumenismo).

VALLE, Edênio. Macroecumenismo e diálogo inter-religioso como perspectiva de renovação católica. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 56–74, 2003. Disponível em: <[www.pucsp.br/rever/rv2\\_2003/p\\_valle.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2003/p_valle.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2022.

VALLS, Carmen Aparicio. La tradición según la Dei Verbum en la teología ecumênica. **Gregorianum**, v. 86, n. 1, p. 163–181, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23582682>>. Acesso em: 10 out. 2022.

VERCRUYSSSE, Jos. **Introdução à teologia ecumênica**. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1998.

VIGIL, José Maria. Macroecumenismo: teologia latino americana das religiões. *In*: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José Maria (Org.). **Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã**. Tradução: Luiza E. Tomita. São Paulo, SP: Assett, Edições Loyola, 2005a. p. 71–88.

\_\_\_\_\_. **Macroecumenismo latino-americano**. Disponível em: <<https://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/52Macroecumenismo.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2022b.

\_\_\_\_\_. **Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo**. Tradução: Maria Paula Rodrigues. São Paulo, SP: Paulus, 2006.

WOLFF, Elias. Bíblia e ecumenismo: elementos de uma hermenêutica ecumênica da bíblia para as Igrejas no Brasil. 2014a, Curitiba, PR: Anais da V Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades, 2014. p. 57–69.

\_\_\_\_\_. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, v. 39, n. XV, p. 403–428, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20406/20406.PDF>>. Acesso em: 5 out. 2022.

\_\_\_\_\_. O ecumenismo no pontificado do Papa Francisco. **Revista Medellín**, v. XLIII, n. 168, p. 515–530, 2017a. Disponível em: <<https://centromanuellarrain.uc.cl/images/REVISTAS/MEDELLIN/2017/MED2017.168.WolffFranciscoEcumenismo.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Reforma e Ecumenismo no pontificado do Papa Francisco. **Revista Pistis & Praxis - Teologia e Pastoral**, v. 9, n. 2, p. 523–537, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Vaticano II: 50 anos de ecumenismo na Igreja católica**. São Paulo, SP: Paulus, 2014b.

ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II**. São Paulo, SP: Paulus, 2013.

## ANEXO I - MANIFESTO DA ASSEMBLÉIA DO POVO DE DEUS<sup>16</sup>

Aqui, no Equador, no centro do nosso Continente, estamos reunidos 486 irmãs e irmãos de 20 países da Pátria Grande – indígenas, negros, mestiços, brancos - acompanhados por outras irmãs e irmãos da África, da América do Norte, da Ásia e da Europa. É o primeiro Encontro Continental da Assembléia do Povo de Deus. Somos crentes de muitas confissões cristãs (evangélicos, católicos, moravos) e membros de religiões indígenas e negras: leigas e leigos, pastoras e pastores, sacerdotes, religiosas e religiosos, bispos. Uma humilde, mas promissora reunião de irmãs e irmãos que testemunham sua fé no Deus da Vida, comprometidos com a caminhada libertadora de nossos povos.

No contexto polêmico do 5º Centenário, sem a pretensão de contestar outras vozes, queremos contribuir, fortalecidos pelo Deus da Vida, com a memória e o compromisso alternativo desta data que nos convoca. Este primeiro Encontro nos surpreendeu a todos e se superou. É impossível escrever num documento final, em poucas páginas, a riqueza da experiência de Deus e dos desafios da luta comum que compartilhamos nestes cinco dias de luz. Queremos apenas dar testemunho de algumas vivências mais fortes, para alegria e estímulo de outros irmãos do Continente e do Mundo, com os quais caminhamos em solidariedade.

**Deus sempre é maior.** Há apenas um só Deus, de todos os nomes, e mais além e mais aquém de todos eles, Pai e Mãe de todos nós, vivido na diversidade das expressões religiosas das diferentes culturas e encontrado na natureza, no próprio coração e nos processos da história. Este Deus é o nosso Deus. Nossa fé ficou mais clara e queremos proclamar, agradecidos, esta descoberta.

**Deus tem um sonho.** Este sonho coincide, complementando-os, com os melhores sonhos de todas as pessoas e de todos os Povos: a Vida, no tempo e depois da morte, a Paz da Justiça, a Liberdade da diversidade, a Unidade da família humana, num só Mundo, sem primeiro nem terceiro, dentro da lei suprema do Amor. Este sonho é nosso sonho. Aqui confirmamos o direito de nossos povos terem o sonho desta utopia que pode e deve convocar à coerência diária, à resistência e à organização, acendendo, contra a escuridão da noite, a nossa esperança.

---

<sup>16</sup> Retirado de Agenda Latinoamericana Mundial (2003)

**O Povo de Deus são muitos Povos.** Todas aquelas pessoas, comunidades e Povos que assumem este sonho-projeto de Deus, são o Povo de Deus. Nenhuma religião, nenhuma Igreja, pode arrogar-se a exclusividade de ser esse povo. Excluem-se, porém, deste Povo de Deus, todos aqueles e aquelas que se negam a assumir esse sonho de Deus e de seu Povo, servindo aos deuses do capital, do imperialismo, da corrupção e da violência institucionalizada. Devido a esse culto idolátrico, na nossa América, em todo o Terceiro Mundo, cada vez há mais pobres e mais empobrecidos. No nosso Continente, após tantas condenações e prepotências religiosas, queremos proclamar a realidade majoritária que se manifesta nas religiões indígenas, nas religiões afroamericanas e nas diversas confissões cristãs. Nós, cristãs e cristãos presentes neste Encontro, sentimo-nos profundamente chamados à conversão. Publicamente em nome de milhões de irmãs e irmãos que pensam e sentem como nós, e para suprir a omissão oficial de nossas igrejas, pedimos perdão aos Povos indígenas e aos Povos Negros da nossa mesma casa, tantas vezes condenados como idólatras e secularmente submetidos ao genocídio e à dominação.

**O verdadeiro ecumenismo é maior que o ecumenismo,** pois a Oikumene é toda a terra povoada. Neste Primeiro Encontro da Assembléia do Povo de Deus, experimentamos que, além de possibilitar cada dia mais o ecumenismo entre as igrejas cristãs, devemos nos abrir ao macro-ecumenismo. Palavra nova para expressar uma realidade e uma consciência novas. Fio condutor de todo o Encontro e tema central das discussões, consensos, tensões, buscas e esperanças. É um ecumenismo que tem as mesmas dimensões universais do Povo de Deus. Nesta descoberta começamos a despojar-nos de nossos preconceitos e abraçamos com muitos braços e muitos corações o Deus Único e Maior. Muitas linguagens, cantos, símbolos, gestos – com as almas e os corpos dançando e em oração - o testemunham e o celebram.

**Deus e seu Povo fazem a História.** Todos nós, há muito tempo, participamos das lutas e organizações indígenas, negras, camponesas, operárias, de mulheres, sindicais, políticas e do movimento popular em geral. Entretanto, neste encontro, ao reconhecermo-nos como Povo de Deus nesta Abya Yala, nossa Pátria Comum, renovamos nosso compromisso com todas as Causas do Continente: na afirmação da identidade indígena, negra e mestiça; no projeto popular da conquista da terra e da vida digna para todos, sem oligarquias privilegiadas e sem minorias marginalizadas; na luta organizada, não apenas de nossos Povos do Terceiro Mundo, na

intersolidariedade com tantas irmãs e irmãos do Primeiro Mundo, contra a ordem mundial do capitalismo neoliberal e de seu mercado total; na criatividade alternativa dos processos com os quais nossos Povos estão construindo a outra democracia, a das filhas e filhos de Deus, irmanados entre si.

**Não lançamos um documento. Fazemos um alegre convite.** Com o Popol Vuh, livro sagrado dos Maias, gritamos: «Que todos se levantem, que todos sejam convocados, que ninguém fique atrás. Que amanheça já!». Com a voz negra do pastor Martin Luther King cantamos: «Tenho um sonho: um dia todos respeitarão a dignidade e o valor da pessoa humana». E pela voz libertadora de Jesus de Nazaré, que a fé cristã acolhe como presença encarnada de Deus, reconhecemos que “estas coisas novas começam a acontecer» e, por isso, apesar de tantos sinais de miséria e de morte, nos levantamos unidos, com as cabeças erguidas ao sol e ao vento da Pátria Grande, pois «a nossa libertação está cada vez mais próxima”.

**A Assembléia do Povo de Deus continua sua caminhada.** Nós, vozes da América, com outras vozes, mãos da Afro-ameríndia com outras muitas mãos, sonhos do sonho de nossa Abya Yala, assinamos agora este convite fraterno que tantas irmãs e irmãos assinaram, durante estes 500 anos de invasão e de resistência, com o selo maior do próprio sangue.